

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O cheiro a poder

No horizonte começam a surgir sinais de mudança. As pessoas começam a ficar fartas dos tiques de arrogância e da insensibilidade social de José Sócrates. Já não há paciência para ouvir as suas justificações para o encerramento das urgências, para os avanços e recuos na localização do novo aeroporto de Lisboa ou escutar as suas proclamações de fé sobre a grandeza de um crescimento económico que ninguém vê.

O que vemos é um país que se desertifica a passos largos. O que vemos é um país que definha e se afunda na sua capacidade regeneradora para dar a volta. O que vemos é um país com cada vez mais desempregados. Com mais empresas a falir. Com uma desindustrialização massiva. E, claro, vemos as reformas estruturais a ficarem no tinteiro. Particularmente aquela que é central para uma redução efectiva da despesa pública de forma a permitir um crescimento virtuoso da economia: a reforma da administração do Estado.

Concomitantemente, agrava-se seriamente a conjuntura económica internacional e anuncia-se um ano muito difícil em 2008. A falácia do optimismo do governo vai ser posta a nu. A máscara vai cair. Os portugueses, mais tarde ou mais cedo, vão começar a olhar para o PSD como alternativa de poder. É inexorável.

É tempo de mostrar o nosso sentido de responsabilidade e demonstrarmos que estamos em condições de governar e, sobretudo, de governar bem. Mas é também tempo de encerrar as quezílias de paróquia.

É tempo de ter juízo.

«Uma lógica quase Estalinista...»

“É insuportável a forma demagógica, populista, como o senhor primeiro-ministro está a fazer política em Portugal”



Caros Amigos e
Companheiros,

Queremos manifestar o
nosso testemunho de
homenagem ao
Companheiro Abílio Costa
neste momento em que a sua

morte física nos provoca um profundo sentimento de dor, de perda e de partida.

Perdemos um bom homem, um lutador de causas e projectos, um homem que deu muito ao Concelho de Santo Tirso e ao seu Partido.

Em nome do Partido Social-Democrata damos o nosso abraço solidário e as mais sentidas condolências à família e amigos. - CPD-PSD do Porto

Destaques:

Menezes em Paris em Fevereiro, visitará a comunidade emigrante e terá conversações oficiais com Sarkozy

Pag. 2 e seguintes

Vai nascer o «Movimento das Mulheres Sociais-democratas»

Em “Actividades do Presidente”

PSD insatisfeito com explicações de Constâncio

Em “Actividades do PSD”

Menezes vai a Paris em Fevereiro visitar a comunidade emigrante e conversar oficialmente com Sarkozy

Luís Filipe Menezes irá encontrar-se com Nicolas Sarkozy durante o mês de Fevereiro. O encontro com o Presidente francês insere-se no âmbito de uma deslocação de Menezes a Paris de alguns dias, estando previstos almoços, jantares e encontros quer com a comunidade portuguesa ali residente quer com empresários de sucesso lusodescendentes.

Esta será a primeira vez que os dois responsáveis políticos se encontram formalmente, com temas na agenda como a evolução institucional da União Europeia e a política internacional.

O PSD e a Union pour un Mouvement Populaire (UMP) pertencem à mesma família política no Parlamento Europeu, o Partido Popular Europeu (PPE).

Hoje mesmo (dia 21) a UMP volta a acolher o homem que apoiou nas presidenciais de Maio do ano passado, num Conselho Nacional que se irá realizar no Palácio dos Desportos, em Paris. Nesta reunião os neo-gaullistas irão lançar as eleições municipais, mas também irão debater as reformas na UE e o Tratado de Lisboa, que será ratificado no Parlamento francês daqui a três semanas. Com Sarkozy irá estar hoje o ex-primeiro-ministro trabalhista inglês Tony Blair, que é apontado para futuro presidente da UE.

Na ida a França, depois do congresso da UMP de 4 de Fevereiro, em Versalhes, Luís Filipe Menezes pretende recuar no tempo e passar pelos sítios onde passou, quando trabalhou como médico na cidade das luzes.

O actual líder do PSD foi médico interno residente do Hospital Necker des Enfants Malades, Paris, entre 1986 e 1987, bem como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, na área de neurologia infantil. Menezes quer, segundo as mesmas fontes, passar pelos locais onde tomava o pequeno-almoço ou almoçava e pela casa onde viveu em Paris.

O presidente do PSD, que já admitiu ser um admirador confesso do tipo de política de Nicolas Sarkozy, tem numa das mesas de apoio do seu gabinete uma extensa pasta de cartão, do tipo de arquivo, com todos os últimos discursos do Presidente francês. Datados e com a origem, do género: "Elysée, 25/09/2007, allocution du Président de la République..."

Numa das últimas entrevistas ao DN, em Outubro de 2007, Luís Filipe Menezes confessou que "com Sarkozy, regressa a política" e afirmou que se identifica muito mais com ele do que com Sócrates, que comparou a Blair: "Na linha em que acredita que a competitividade se constrói destruindo direitos sociais e aproveitando os recursos dessa destruição para investir na economia. O caminho deve ser o oposto: apostar numa economia liberal de mercado, forte e agressiva, para manter os direitos sociais. É esse o caminho de Sarkozy. Quer ter a possibilidade de afirmar políticas sociais do centro-esquerda."

Menezes irá fazer-se acompanhar por uma pequena comitiva e poderá mesmo realizar uma visita à sede da UMP, em Paris, para observar como

funciona o órgão central do partido de poder francês, que passou por grandes transformações desde que evoluiu de Rassemblement Pour la République (RPR) para UMP em poucos anos.

Menezes está a reorganizar o PSD e pondera até vender a casa da São Caetano à Lapa para se mudar para o centro de Lisboa, tornando a sede mais funcional e a trabalhar como um partido-empresa.

Menezes comenta reacções de Sócrates: "...uma lógica quase estalinista!"

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, acusou hoje o primeiro-ministro de, "numa lógica quase estalinista", ter-se indignado com algo "que não aconteceu", aludindo a

declarações sobre a morte de dois bebés a caminho do hospital.

"É insuportável a forma demagógica, populista, como o senhor primeiro-ministro está a fazer política em Portugal", afirmou, acrescentando ter visto domingo José Sócrates "indignado porque a oposição estaria a utilizar a desgraça decorrente da morte de duas crianças infelizes [em Anadia e Viseu], em circunstâncias ainda por apurar".

Luís Filipe Menezes disse aos jornalistas, em Vouzela, não ter visto "nenhum dirigente da oposição, do PCP, do CDS e do PSD a utilizar essas mortes, que são lastimáveis, mas que ninguém pode provar que estejam ligadas ao problema do fecho dos serviços de saúde".

Domingo, em Viana do Castelo, José Sócrates classificou de "absolutamente infeliz e um exemplo de oportunismo e mesquinhez política" a tentativa de associação da morte de um bebé na Anadia ao fecho das urgências no hospital daquele concelho.

O líder social-democrata contratou hoje, acusando José Sócrates de ser ele que, "de uma forma oportunista, no fundo, não querer discutir a problemática de um sistema de saúde que está um caos" e a perder a confiança dos portugueses.

Na sua opinião, o ministro da Saúde, Correia de Campos, "é um homem que tem muita experiência, bem intencionado, mas está a falhar politicamente".

No entanto, considera que o responsável pelo descontentamento de populações e autarcas - de que são exemplo os de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, com quem esteve hoje reunido - "é o primeiro-ministro, não é o ministro da saúde".

"O Governo deveria, com humildade, discutir esta problemática da reorganização dos serviços de saúde com todos os autarcas, com a sociedade civil, com o Parlamento e procurar consensualizar politicamente no país um modelo que sirva a toda a gente" e onde todos possam confiar, defendeu.

Luís Filipe Menezes criticou a "atitude autista" do Governo nesta questão, ao considerar que "as pessoas são meros números".

No seu entender, "deveria existir uma franja de consensualização possível" sobre esta matéria, "porque daqui a um ano e meio já não haverá Governo socialista e haverá Governo



PSD”.

“E nós não queremos voltar com tudo ao princípio, deve haver uma continuidade do ponto de vista das grandes opções do Estado”, nomeadamente no que respeita ao sistema de saúde, sublinhou.

Luís Filipe Menezes anunciou que pretende realizar ainda este mês ou no início de Fevereiro uma reunião com todos presidentes de Câmara do PSD para falar da reestruturação dos cuidados de saúde e do mapa judiciário.

Hoje, esteve reunido com os autarcas dos três concelhos da região de Lafões - Vouzela, S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades -, que estão preocupados com o encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos centros de saúde dos dois primeiros, entre as 00:00 e as 08:00, desde o passado dia 02.

A indecisão por parte do Governo em criar uma Unidade de Urgência Básica em S. Pedro do Sul (que serviria toda a região de Lafões), para a qual a autarquia adquiriu terrenos na sequência de um estudo técnico do Ministério da Saúde, foi outro dos assuntos focados.

Sem se pronunciar sobre a questão concreta da UUB, Luís Filipe Menezes considerou que “há razões muito marcadas para desconfiar dos estudos técnicos que suportam decisões políticas”, dando como exemplo o relativo à construção do aeroporto na Ota que, “de um momento para o outro, se verificou que não era a melhor solução”.

Um novo programa para recuperação dos bairros sociais de Lisboa e Porto

O PSD vai propor um novo programa para recuperação dos bairros sociais de Lisboa e Porto e o aproveitamento dos fundos comunitários para um programa de apoio social aos habitantes destas urbanizações, adiantou na noite segunda para terça, o líder social democrata.

Recordando o “impulso” em tempos dado pelo Programa Especial de Realojamento (PER) à recuperação da habitação em Portugal, o

Presidente, que falava numa visita-relâmpago ao Bairro do Aleixo, no Porto, considerou que “faz sentido” que seja lançado um novo olhar sobre esta realidade.

“Entre 700 e 800 mil portugueses vivem em bairros sociais das regiões de Lisboa e Porto”, sublinhou Menezes, que adiantou que deverão ser adoptadas medidas de apoio aos municípios para recuperação dos imóveis.

“Mas há acções que ultrapassam as competências das autarquias, como políticas de realojamento, apoio à primeira infância e terceira idade, combate ao tráfico de droga ou promoção de emprego”, afirmou.

O PSD, adiantou Luís Filipe Menezes, irá propor em finais de Fevereiro, no Parlamento, a criação de um programa com estas características sustentado por verbas oriundas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

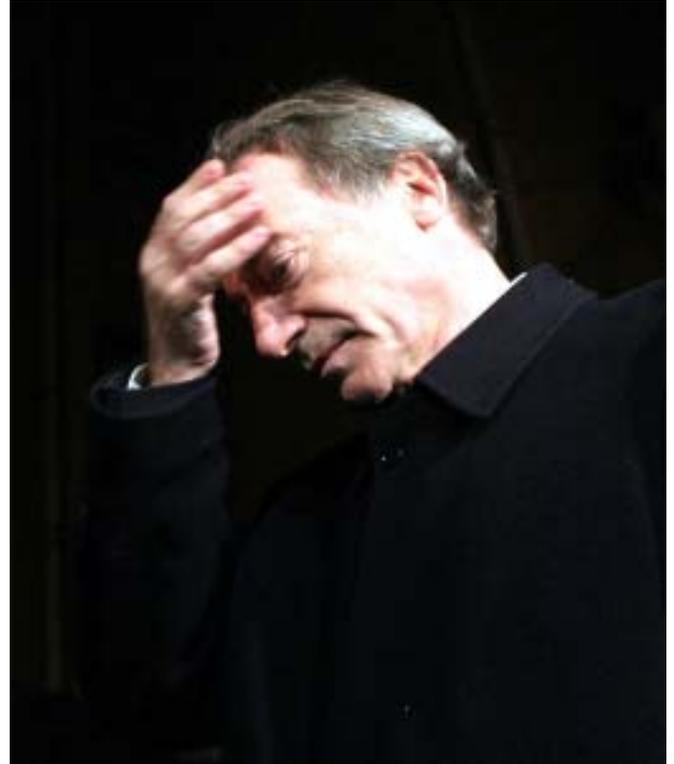
“Dois terços das populações dos bairros vivem do rendimento social de integração. O Estado tem obrigação de adoptar medidas de discriminação positiva. Deve criar uma operação especial que mostre a sua presença”, defendeu.

Luís Filipe Menezes “acompanha com preocupação” a eventualidade de uma ameaça terrorista a Portugal

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, disse na segunda feira, em Vouzela à margem de uma reunião, na Câmara Municipal, com os presidentes de Câmara da região da Beira Alta, a fim de abordar a situação dos SAP's que encerraram e que vão fechar, estar “a acompanhar com preocupação” a eventualidade de uma ameaça terrorista a Portugal, mas garantiu ter confiança nos serviços policiais portugueses.

Em declarações aos jornalistas, Luís Filipe Menezes mostrou-se confiante “quer nos Serviços de Informação, quer em todos os serviços policiais” que em Portugal, por antecipação, conseguem prevenir a ocorrência de “incidentes de alguma gravidade” que nunca atingiram o país.

“Mas no mundo global em que estamos, e nomeadamente com algumas lógicas que acentuam que há



perigosidade de intervenção de determinado tipo de grupos, podem aparecer também em Portugal”, alertou, acrescentando, no entanto, não haver “nenhuma razão para não ter confiança nos Serviços de Informação e na PJ, PSP e GNR”.

O jornal «El País» noticiou no sábado que Portugal, França, Reino Unido e Espanha foram alertados pela secreta espanhola para riscos de atentados durante o périplo europeu do presidente do Paquistão, Pervez Musharraf.

O chefe de Estado paquistanês iniciou domingo uma visita a vários países europeus como Bélgica, França, Grã-Bretanha e Suíça.

Vai ser criado o Movimento das Mulheres Sociais-democratas

No dia 17, o líder dos sociais-democratas anunciou a criação dentro do partido do Movimento das Mulheres Sociais-democratas, adiantando que os seus órgãos deverão ser eleitos num congresso a realizar no dia 25 de Abril.

“Vamos instituir o Movimento das Mulheres Sociais-democratas, porventura com um congresso instituidor a realizar no dia 25 de Abril deste ano”, declarou o presidente do PSD, durante uma visita à Bolsa de Turismo de Lisboa, no Parque das Nações.

Antes da visita à Bolsa de Turismo de Lisboa, Luís Filipe Menezes esteve reunido na sede do PSD com dezenas de mulheres do partido, entre as quais deputadas e autarcas.

A dirigente social-democrata Zita

Seabra adiantou à agência Lusa que objectivo do encontro é começar a preparar as listas eleitorais de 2009, tendo em conta a Lei da Paridade que obriga à presença de um terço de mulheres.

Questionado sobre essa reunião, o presidente do PSD respondeu que a sua direcção quer “dar um peso institucional” à participação das mulheres no partido.

Luís Filipe Menezes sublinhou que, no seu entender, essa participação é “muito prestigiante” para o PSD e que o partido “do ponto de vista qualitativo não tem que se envergonhar”.

“As mulheres que têm sido mais referência em termos de qualidade e afirmação na vida política portuguesa são sociais-democratas: Leonor Beleza, Manuela Ferreira Leite, Isabel Mota e tantas outras”, sustentou.

“Agora nós queremos dar a esta qualidade, quantidade”, acrescentou, justificando com esse objectivo a criação do Movimento das Mulheres Sociais-democratas.

Luís Filipe Menezes considerou que “do ponto de vista da quantidade que o PSD não tem sido o partido que pode ser”, mas assinalou a situação de “outros partidos como o PS, que normalmente têm muitas mulheres a participar mas cuja perenidade da intervenção pública não é óbvia”.

Ainda na mesma visita à Bolsa de Turismo de Lisboa, (onde percorreu “stands” de várias regiões do país e provou vinho do Dão e do Douro), o presidente do PSD considerou que “no âmbito da organização governativa, justificava-se nesta altura que o membro do Governo que tem a responsabilidade do Turismo tivesse uma força acrescida”.



Deveria haver “um ministro do Turismo e da Presidência com poderes transversais” e prometeu que se formar Governo adoptará esse modelo, se formar Governo.

“Esta é uma ideia que o PSD irá defender no seu Programa de Governo e nas suas propostas para a governação”, afirmou.

De acordo com Menezes, o ministro responsável pelo turismo precisa de ter “poderes transversais, intervindo em áreas muito latas”, com capacidade para, “sob a tutela do primeiro-ministro, responder a problemas de ambiente, de ordenamento do território, de fiscalidade”.

Segundo o presidente do PSD, é urgente “desburocratizar e agilizar o mais possível os processos de decisão” no sector do turismo, que apontou como “um dos sectores-chave, senão o mais importante” da economia portuguesa.

Menezes aconselhou a “oposição interna” a “ter juízo”

O presidente do PSD aconselhou ontem há dias, a “oposição interna” que se tem manifestado muito tenuamente, a “ter juízo”. Luís Filipe Menezes disse que “o contraditório interno é necessário” e recordou os tempos de Sá Carneiro e de Cavaco Silva.

“Não quero ficar com a responsabilidade de não conseguir lidar com esse contraditório interno”, acrescentou, classificando os contestatários em dois níveis: o da “pequena quezília e das conspirações” e um outro, “mais perverso”, daqueles que querem “continuar com as mordomias do bloco central e com as avanças. Isso não é aceitável”.

Menezes reagiu assim não só ao almoço dos barrosistas e às movimentações de Aguiar-Branco, mas também às declarações de Miguel Macedo, antigo secretário-geral de Marques Mendes, que ontem tinha dito que o líder do PSD parecia “acossado

e nervoso”, considerando também que o CDS está a desempenhar melhor o papel na oposição.

Também há dias, José Luís Arnaut, que foi secretário-geral de Durão Barroso e saiu da liderança da comissão de Negócios Estrangeiros, tinha dito que o partido não “capitalizara” com a mudança de opinião do Governo em relação à construção do aeroporto em Alcochete e não na Ota. Com respostas dirigidas, Menezes disse estar solidário com Santana Lopes nas várias opções do líder parlamentar, incluindo “a organização interna do grupo”: “Em conjunto passámos o Cabo das Tormentas”. Menezes reservou uma análise do que mudou com os cem dias da sua liderança.

Anunciando que irá dar a conhecer 15 grupos de trabalho para trabalhar no programa eleitoral do PSD para 2009, cujos primeiros contornos se poderão ver em Fevereiro numa convenção nacional, Menezes lembrou que o partido “condicionou a forma como vai ser ratificado o Tratado de Lisboa. Estivemos nesta matéria de braço dado com o Presidente da República, com os países europeus e obrigámos o PS a vir atrás, depois de muita hesitação”.

A “OPA do PS” ao BCP foi outro dos temas onde Menezes destacou a primazia no debate político nacional, assim como no aeroporto, acusando Sócrates de não ter tido tempo para ler “milhares de páginas em 18 horas”.

O presidente do PSD apresentou quatro pilares em que “o PS é derrotável”:

- rigor e competência na política económica
- autoridade do Estado,
- c) a ideia de que o primeiro-ministro é um homem de convicções e b) o alegado sentido reformista.”

“Temos a obrigação de cerrar fileiras para derrotar o Governo” em 2009, disse, garantindo que o que disse nos últimos dias “não é um sinal de nervosismo, mas de clareza”, dirigindo-se para aqueles que o criticaram “a 18 meses de eleições. “O PSD tem que saber o que quer, para



onde quer ir e com quem quer ir”, explicou.

O mesmo tom tinha sido dado antes por Santana Lopes, ao dizer aos críticos que “não somos um partido de causas estanques ou de ‘clusters’ como outros”. O líder da bancada afirmou ainda a alguns jornalistas que “o PSD deu dois anos de avanço ao PS” em matéria de balanço político e financeiro e que agora “a imagem de competência do primeiro-ministro abriu brechas pela primeira vez”.

Segundo o líder parlamentar, “ele é humano e comete erros”, portanto é altura de o PSD “fechar acordos sobre matérias de regime e depois abrir fracturas com o PS. Temos que ir pelas convicções”.

Ainda em Vilamoura: aviso sério de Filipe Menezes

O presidente do PSD avisou que o partido pode somar 18 anos praticamente seguidos na oposição se perder as legislativas de 2009 e sublinhou que os sociais-democratas têm de saber o que querem e com quem.

No discurso com que encerrou as jornadas parlamentares de Vilamoura, no Algarve, Luís Filipe Menezes considerou que o PSD “nunca se preparou para ser um partido com

vocação de poder mas que está na oposição”.

“Já está na oposição há muito tempo”, acrescentou.

A seguir, o presidente do partido alertou para a possibilidade de haver “18 anos contínuos de governação socialista, com um pequeno hiato de dois anos e pouco”, dos dois executivos PSD/CDS-PP entre 2002 e 2005.

A ano e meio das eleições legislativas de 2009 “o PSD tem que saber o que quer, para onde quer ir e com quem”, acentuou Menezes.

O presidente do PSD explicava as suas declarações de domingo, em que se desafiou quem se opõe à sua direcção a assumir um projecto alternativo, manifestando-se disponível para novas eleições directas.

“O que disse não é sinal de nervosismo, estou totalmente tranquilo. Eu quero é clareza. Se neste momento alguns pensam que podem fazer melhor do que nós, do que o presidente do grupo, do que eu próprio, a sua obrigação é dizer de que forma, como e quando o querem fazer”, afirmou.

Luís Filipe Menezes reiterou estar “completamente disponível” para essa disputa, por “amor ao partido e ao país”.

Sobre o “contraditório interno”, considerou que fortalece o PSD e que “nenhum líder falha, nenhuma política falha, por haver um contraditório interno”, mas sim quando “não sabe lidar com esse contraditório interno” e declarou que não quer ficar com essa responsabilidade.

No entanto, de acordo com Menezes, “há dois tipos de contraditório interno que não são aceitáveis: o vício pequena quezília, do pequeno comentário, da pequena conspiração e o contraditório interno de alguma parte da nossa classe política que prefere conviver com as mordomias das trocas de favor do bloco central do que com a afirmação da autonomia do PSD”.

“Media”, parcialidade e falta de equilíbrio

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, comentando a parcialidade





numérica e ideológica de “formadores de opinião” nos órgãos de comunicação de referência, lembrou que que António José Seguro poderia integrar a Quadratura do Círculo e que Manuel Alegre poderia ter um espaço de comentário na RTP, para equilibrar o comentário político.

Ainda com referência ao encerramento das jornadas parlamentares do PSD, em Vilamoura, Luís Filipe Menezes considerou que o tratamento dado ao PS e ao PSD pela comunicação social é desigual e sugeriu a entrada de novos comentadores, sublinhando não estar a pedir a saída de ninguém.

Na RTP, se “à terça-feira fala portavoz do PS António Vitorino”, então “à quarta-feira deveria falar o secretário-geral do PSD a mesma meia-hora”, disse Luís Filipe Menezes.

Ainda na RTP, se o social-democrata “Marcelo Rebelo de Sousa, (que tem uma posição independente na sua opinião), fala ao domingo”, então “à segunda-feira deveria falar Manuel Alegre”, acrescentou, defendendo que tem de haver “equidade no serviço público”.

“Não estou a pedir saída de Marcelo Rebelo de Sousa. Adoro ouvi-lo”, sublinhou o presidente do PSD.

Além disso, Menezes propôs “uma Quadratura do Círculo não com três pessoas, mas com cinco”, com a entrada de António José Seguro e de um militante do PSD, “para fazer a defesa ortodoxa” do partido “como Jorge Coelho faz do PS”.

“O dr. Seguro é um jovem que merecia uma oportunidade para ombrear com dr. Pacheco Pereira. Então sim teremos equidade na comunicação social”, concluiu.

Ainda segundo o Presidente do PSD, os sociais-democratas vão realizar (como já foi anunciado) no final de Fevereiro uma convenção nacional com militantes e simpatizantes para apresentar propostas para vários sectores.

De acordo com Menezes, essa “grande convenção nacional” acontecerá na sequência da constituição de 15 grupos de trabalho sectoriais dentro do partido, que deverá

ser aprovada brevemente pela Comissão Política do PSD.

Esse processo conduzirá, “daqui a um ano, a um programa de Governo do PSD”, acrescentou Luís Filipe Menezes.

A convenção nacional servirá para o PSD “apresentar propostas concretas, de acordo com uma linha de base”, disse Menezes, que identificou “a ausência crónica de um discurso programado com porventura mais de uma década” por parte do PSD.

Essa ausência causou, segundo Menezes, “enorme ansiedade nos dirigentes, deputados, simpatizantes, apoiantes e no eleitorado em geral” e é urgente, por isso, começar a construir “o tal discurso programático” suportado por “propostas concretas, inteligíveis, de acordo com a matriz ideológica do partido”.

“Ainda esta sessão legislativa vamos ter uma panóplia de iniciativas consistentes que comecem a apontar um rumo”, declarou.

O Presidente não quer comentar o caso da demissão apresentada por 19 directores do Hospital de Faro

O presidente do PSD, na sua recente visita ao Algarve, escusou-se hoje a comentar a recente recusa do Hospital de Faro em aceitar a demissão de 19 directores e os problemas nas urgências locais, em nome de “um espírito construtivo”.

“Estamos numa zona muito importante para a economia portuguesa e se der ênfase aos problemas estou a contribuir para que os que são contra o Turismo do Algarve façam campanha contra ele”, justificou o líder social-democrata durante uma visita ao Hospital Central de Faro.

Instado pelos jornalistas a comentar a crise nas urgências, há cerca de dois meses, que levou à demissão em bloco de praticamente todos os directores de serviços, Filipe Menezes afirmou que “a oposição não é só dizer mal” e que a sua visita se insere num quadro de “espírito

construtivo”.

“Todos somos responsáveis por termos chegado a esta situação, ninguém pode lavar as mãos do ponto a que chegou este hospital”, disse o líder do PSD, que antes do hospital tinha visitado o laboratório regional do Algarve, no Parque das Cidades, entre Faro e Loulé.

Menezes defendeu um regime de excepção que aligeire as regras no âmbito do concurso para o novo Hospital Central de Faro, a construir no Parque das Cidades, à semelhança do que aconteceu com a Expo'98 e o Euro 2004.

“É o tipo de situação em que é possível sacrificar o mais possível a transparência à eficácia”, justificou.

Depois de visitar as urgências, o dirigente social-democrata reuniu com a administração e direcção clínica do Hospital de Faro, bem como com os principais dirigentes da Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve.

Durante a visita ao futuro laboratório regional do Algarve, Filipe Menezes ouviu da boca do presidente da ARS/Algarve, Rui Lourenço, as razões do atraso do empreendimento, que deverá começar a funcionar dentro de aproximadamente dois meses.

Desafio ao Governo para adjudicar este ano o novo canal de televisão

Na terça-feira da semana passada, em Monchique, o líder social-

democrata, desafiou o Governo a adjudicar este ano o novo canal de televisão, de forma a não condicionar o concurso às eleições legislativas de 2009.

“Desafio o Governo a adjudicar o novo canal de TV ainda este ano para que não haja condicionalismos”, afirmou.

No discurso durante o jantar de trabalho do PSD, já no fim das jornadas parlamentares, Menezes considerou que a atribuição do novo canal de televisão após as eleições legislativas levará a que os possíveis candidatos se sintam “constrangidos ao poder instituído”.

De acordo com o presidente dos sociais-democratas, o “constrangimento” tem sido uma forma da governação socialista, ao “aterrorizar com campanhas vários sectores da sociedade portuguesa desde magistrados, farmacêuticos, funcionários públicos e professores”.

“O PS não tem um projecto para governar, mas sim um projecto de poder, para condicionar os portugueses”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Além das críticas ao Governo, Luís Filipe Menezes considerou que o PSD está no caminho certo para alcançar a vitória nas eleições legislativas de 2009, “pois estamos a atacar no ponto certo, obrigando o PS a recuar em questões que queria impor”, apontando como exemplos “a Justiça e a segurança interna”.

“Ficou claro que o PSD influencia o quotidiano da vida política, ao abrigar o PS a recuar em diversas matérias”, destacou o líder social-democrata.

Durante o seu discurso, Luís Filipe Menezes lançou também o desafio aos actuais presidentes de câmara do PSD para que renovem a sua candidatura às próximas eleições autárquicas, “pois têm toda a confiança do partido”.

“Os actuais presidentes de câmara não devem ter medo de desgastar a sua imagem e devem apresentar-se novamente como candidatos”, destacou o líder dos sociais-democratas.

– Fontes: Povo Livre, Lusa, DN, TSF, RDP 1; fotos: Lusa, Luís Saraiva



PSD exige investigação sobre circunstâncias em que morreu um bebé na Anadia

O PSD exigiu, no dia 18, ao Governo que explique e investigue as circunstâncias em que morreu um bebé na Anadia, alegadamente devido a dificuldades do atendimento médico prestado pelo INEM.

Num requerimento enviado ao presidente da Assembleia da República, assinado pelo deputado José Manuel Ribeiro, os socialistas recordam o caso da criança de poucos meses que de manhã, por volta das 8:00, morreu na sequência de uma paragem cardio-respiratória.

De acordo com o deputado eleito pelo círculo do Porto, que cita “testemunhas oculares”, os pais da criança ligaram para o INEM, que teve inúmeras dificuldades em localizá-los, tendo-lhes pedido para se dirigirem às imediações do Hospital da Anadia (Hospital José Luciano de Castro).

Nesse local, encontrava-se uma equipa de técnicos que, não sendo médicos nem enfermeiros, prestaram os primeiros socorros à criança até à chegada de meios competentes.

Segundo José Manuel Ribeiro, passou-se mais de uma hora desde que foi feito o pedido de auxílio até que chegasse a viatura médica de emergência e reanimação (VMER).

O deputado cita também no requerimento outras teorias que apontam para que a criança tenha morrido no caminho entre o Hospital de Anadia e o Hospital Pediátrico de Coimbra.

Perante este cenário de dúvida, o deputado do PSD questionou o Governo sobre se vai abrir um inquérito que “de forma séria, transparente e rigorosa” apure as circunstâncias e responsabilidades do caso.

Por outro lado, questiona o Governo através do Ministro da Saúde sobre se - devido a este caso e face às conclusões de um inquérito - estará disposto a reavaliar a sua decisão de fechar o Serviço de Urgência do Hospital de Anadia.

Ouvido hoje pela Lusa, um porta-voz do INEM negou que tenha havido qualquer desencontro entre a ambulância do INEM colocada em Anadia e a viatura de emergência médica e esclareceu que “foram os pais que se dirigiram para o Hospital de Anadia, onde a criança não foi assistida porque não tem urgência”.

“Quando os pais ligaram para o 112 já estavam a caminho. De acordo com o que descreveram, depararam com o bebé, de dois meses, roxo e sem respirar, quando o foram buscar à cama e no decurso da chamada telefónica



foram accionadas a ambulância do INEM e a viatura de emergência médica”, esclareceu Pedro Santos.

Após a audição de Constâncio; e dos das jornadas parlamentares

PSD insatisfeito com explicações de Constâncio

O deputado do PSD, Patinha Antão, afirmou-se insatisfeito com as explicações do governador do Banco de Portugal sobre a sua actuação quanto às alegadas operações ilícitas por parte do BCP com empresas «offshore». Já o CDS defende que deve ser aberta uma comissão parlamentar de inquérito.

O deputado do PSD Patinha Antão afirmou-se hoje insatisfeito com as explicações do governador do Banco de Portugal (BdP) sobre a sua actuação quanto às alegadas operações ilícitas por parte do BCP com empresas “offshore”.

Na reunião da comissão parlamentar de Economia e Finanças com Vítor Constâncio, Patinha Antão afirmou que o governador “está mais hoje mais vulnerável” do que antes de dar explicações aos deputados sobre a actuação na investigação a operações ilícitas e a alegada interferência da entidade reguladora no afastamento dos administradores cessantes.

“Vamos precisar de muito mais explicações”, afirmou o deputado, sem dizer que outro tipo de explicações ou iniciativas pode vir a tomar.

Considerou, porém, que o governador agiu, no caso do BCP, “com irrazoabilidade”, “com confortável lentidão” quanto a “evidentes indícios de situações de infracções graves” relativas a operações em “offshores”.

Na resposta, Constâncio acusou Patinha de “confundir” duas situações - uma, em que o Banco de Portugal agiu, em 2003, e sobre as quais não encontrou ilícitos, e outra, no final de 2007, em que abriu um processo no qual acusa a administração do BCP de nada ter informado sobre 17 entidades em “offshores”.

“Alguns administradores até vieram dizer que não conheciam este tipo de veículos”, nem quem eram os beneficiários últimos, disse Constâncio, justificando que só depois de uma denúncia, em finais de 2007, foi aberto um inquérito pelo BdP.

A possibilidade de existirem responsáveis do BCP nesse processo, que depois ficassem impedidos de serem candidatos na assembleia geral do banco, a 15 de Janeiro, foi a justificação dada por Vítor Constâncio para a reunião, que pretendia “discreta”, com accionistas do BCP.

Nessa reunião, em Dezembro, o BdP alertou para o facto da anterior administração do BCP, liderada por Filipe Pinhal, poder vir a ser inibida, facto que levou ao aparecimento da

lista liderada por Santos Ferreira, que seria eleita na assembleia-geral de 15 de Janeiro

O governador disse que entendeu fazer esse encontro com accionistas porque “tinha alguma obrigação” de analisar a questão

“Se viéssemos depois a inibir algum candidato, haveria um novo período de instabilidade”, justificou o governador.

Na resposta ao deputado do PSD, Vítor Constâncio insistiu que não era “possível pedir” mais ao órgão de supervisão bancária, tendo o Banco de Portugal feito “tudo o que podia fazer”.

Mas Patinha Antão questionou a validade de o Presidente do Banco de Portugal ter trocado o que podia e devia legalmente fazer por uma reunião particular, pessoal, para a qual não há enquadramento legal ou regimental do ponto de vista da autoridade reguladora.

Antecedentes: Banco de Portugal há muito conhecia operações de compra de acções

O Banco de Portugal conhecia as operações de financiamento da compra de acções do BCP por “off-shores” detidos por accionistas, noticia o Jornal de Negócios e o Público. Vítor Constâncio deverá falar esta sexta-feira sobre alguns destes casos no Parlamento.

O Banco de Portugal tinha conhecimento desde 2001 das operações de compra de acções do BCP por “off-shores” de accionistas e que a situação foi acompanhada pelo então vice-governador do banco central, António Marta.

Segundo o Jornal de Negócios e o Público, a correspondência entre as





duas instituições termina com este vice-governador, que tinha o pelouro da supervisão até há dois anos, a ordenar à administração liderada por Jardim Gonçalves a correcção deste problema.

O BCP terá corrigido estas situações que foram então consideradas irregulares e foi informado numa carta datada de 5 de Janeiro de 2004, assinada por António Marta, que não seria alvo de coimas por causa desta situação.

Contudo, quando começou a crise no banco privado, o Banco de Portugal recomendou que os administradores que se encontravam em funções desde 1999 não fossem reconduzidos.

António Marta explicou mais tarde que esta recomendação tinha por base factos relacionados com 17 entidades “off-shore” cuja natureza e actividade foram ocultadas pelo BCP ao Banco de Portugal.

Segundo o Público, as explicações que o governador do Banco de Portugal deverá dar esta sexta-feira no Parlamento deverão centrar-se nos “off-shores” detidos por três clientes.

Ainda de acordo com este jornal, Vítor Constâncio admitirá que estes clientes terão servido de “testas de ferro” do BCP durante bastante tempo, ao adquirirem acções de banco privado com crédito concedido pelo próprio BCP.

Entre estas entidades estarão “holdings” controladas por

empresários como Bernardino Gomes (já falecido), pelo presidente da Reditus, Frederico Moreira Rato, e por Lídio Monteiro.

De acordo com o Público, estes clientes teriam uma relação especial, histórica ou familiar com o BCP, tendo o banco privado alegado que não forneceu estas informações ao Banco de Portugal por estas sociedades terem proprietários devidamente identificados e não estarem nos órgãos do BCP.

O PSD não exclui a hipótese de vir a constituir uma comissão parlamentar de inquérito a propósito desta questão que será discutida esta sexta-feira (*Referimo-nos a sexta-feira passada – a audição já decorreu*) na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, onde Vítor Constâncio será ouvido.

«O ministro de Estado e das Finanças estará na Comissão de Orçamento e Finanças no dia 29 de Janeiro, às 15:00, na qualidade de membro do Governo que exerce a tutela sobre o sistema financeiro no seu todo», esclareceu a mesma fonte.

A ida de Teixeira dos Santos surge depois do PSD ter apresentado um pedido de agendamento potestativo para que o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, fossem ouvidos sobre «a situação do mercado financeiro nacional» e, em especial, sobre a investigação de actos de gestão do BCP.

Constâncio está hoje a ser ouvido na Comissão de Orçamento e Finanças, prestando esclarecimentos sobre a actuação do Banco de Portugal na investigação a alegadas operações ilícitas, realizadas há anos pelo BCP, e na alegada interferência da entidade reguladora no afastamento dos administradores cessantes do maior banco privado.

Carlos Tavares, presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), vai ser ouvido na mesma Comissão a 24 de Janeiro, às 18:00.

A audição que estava marcada para 13 de Fevereiro com o ministro das Finanças sobre a Conta Geral do Estado de 2006 continua agendada para a mesma data, segundo fonte do Ministério.

Patinha Antão afirmou que o governador «está mais hoje mais vulnerável»

Na reunião da comissão parlamentar de Economia e Finanças com Vítor Constâncio, Patinha Antão afirmou que o governador «está mais hoje mais vulnerável» do que antes de dar explicações aos deputados sobre a actuação na investigação a operações ilícitas e a alegada interferência da entidade

reguladora no afastamento dos administradores cessantes.

«Vamos precisar de muito mais explicações», afirmou o deputado, sem dizer que outro tipo de explicações ou iniciativas pode vir a tomar.

Patinha Antão considerou, porém, que o governador agiu, no caso do BCP, «com irrazoabilidade», «com confortável lentidão» quanto a «evidentes indícios de situações de infracções graves» relativas a operações em «offshores».

Também o deputado do CDS-PP, Diogo Feio, considerou que as «dúvidas persistem», sublinhando que «agora, mais do que nunca» deve ser aberta uma comissão parlamentar de inquérito.

Rui Gomes da Silva sustenta que o executivo PS está “cansado e sem ânimo”

O vice-presidente da bancada do PSD Rui Gomes da Silva sustentou hoje que o executivo PS está “cansado

e sem ânimo” e agarrado ao poder com intolerância e nervosismo.

“Fruto da falta de convicções e de uma ideia mobilizadora para o país, o Governo está cansado e sem ânimo. Um Governo que em 18 horas deixa cair a Ota e invoca as razões que invocou para decidir como decidiu na questão do referendo europeu é um Governo sem estratégia e sem rumo”, afirmou o deputado social-democrata.

Intervindo no debate parlamentar sobre a moção de censura ao Governo, Rui Gomes da Silva esclareceu que o PSD não votará a favor por defender a estabilidade dos mandatos políticos e por concordar com o projecto europeu e com a forma de ratificação decidida pelo Governo, por via parlamentar.

Apesar de concordar com o governo neste ponto, Rui Gomes da Silva criticou o primeiro-ministro, José Sócrates, pela forma como conduziu o processo.

“O que não se entende é como não percebeu, desde logo, as razões do apoio à ratificação no momento da assinatura do tratado de Lisboa, e se tenha dado ao luxo de brincar com coisas sérias só para tentar não estragar a sua imagem de homem supostamente infalível”, afirmou.

Para Rui Gomes da Silva, o governo dá mostras de “nervosismo e intolerância” ao “dar-se ao luxo de criticar as matérias que o PPD/PSD decidiu incluir nas suas jornadas parlamentares”.

Intervindo logo a seguir, o deputado do BE Luís Fazenda considerou que o PSD “também é



A opinião dos outros:

O pior (deste) Governo

A redução do défice, realização magna da legislatura, foi em boa medida uma triste oportunidade perdida. O efémero êxito deveu-se sobretudo à opressão da economia com impostos e dos funcionários com congelamentos de salário e carreira, quase sem mudar a estrutura. Quando estes expedientes forem levantados, como têm de ser, o buraco regressa.

O pior do Governo é um traço autoritário com razões higiénico-legalistas, escondido na apatia geral da população. Da “tolerância zero” à lei do tabaco, passando pela ASAE, DGCI e videovigilância, vivemos numa sociedade cada vez mais controlada. A obsessão regulamentar, ânsia inspectiva e corporativismo clientelar criam um clima sufocante a que poucas vezes reagem. Troca-se a liberdade pelo conforto. Que seja um Executivo socialista a administrar esta passividade burguesa é outro aspecto da política às avessas. – João César das Neves, in “DN”

atingido na moção de censura porque também violou o programa eleitoral”.

Na resposta, Rui Gomes da Silva frisou que houve mudança de liderança no PSD e que a posição do actual líder, de ratificar o tratado no Parlamento, foi apresentada na altura das eleições directas e amplamente discutida em vários momentos.

Patinha Antão afirmou que foi a “persistência” do PSD que levou a antecipação da audição de Constâncio

O vice-presidente da bancada social-democrata Patinha Antão reclamou que a persistência do PSD levou à antecipação da audição parlamentar do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, de dia 24 para dia 21.

O Banco de Portugal anunciou no dia 17, através de comunicado, que a audição de Vítor Constâncio foi antecipada para sexta-feira, dia 21, às 15:00 horas.

“Este agendamento deve-se à persistência com que as direcções da Comissão Política e do grupo parlamentar do PSD sublinharam a importância de o governador do BP ser ouvido com urgência no Parlamento”, declarou Patinha Antão, em conferência de imprensa, na sede do partido.

Mário Patinha Antão referiu que “desde pouco antes do Natal” o PSD tem insistido que Vítor Constâncio deve prestar esclarecimentos no Parlamento com urgência sobre a supervisão de operações bancárias do BCP, tendo requerido potestativamente a audição.

O vice-presidente da bancada social-democrata salientou que o PSD não vai “fazer juízos de valor a priori” e que só depois de ouvir Vítor Constâncio fará o seu juízo e decidirá se constitui ou não uma comissão parlamentar de inquérito sobre a supervisão das operações bancárias.

Governo manipulou previsões de inflação para “poupar” 112 milhões

O PSD acusou o Governo utilizar



as previsões da inflação como “estratagemas” para arrecadar 112 milhões de euros de receita indevida, o que equivale a um “imposto escondido” cobrado a milhões de portugueses.

Na mesma conferência de imprensa, na sede do PSD, o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata Mário Patinha Antão sublinhou a diferença entre as previsões do Governo e a inflação verificada nos anos de 2005, 2006 e 2007 e antecipou que o mesmo acontecerá este ano.

“Estamos a falar do que os economistas chamam um imposto escondido de inflação”, disse. “Contas rápidas demonstram que, com este estratagemas, o Governo irá captar uma receita orçamental indevida na ordem dos 112 milhões de euros”, acrescentou.

Segundo Patinha Antão, “esse imposto escondido de inflação, num cálculo rápido, vai atingir no ano de 2008 cerca de três milhões de portugueses entre trabalhadores no activo, funcionários públicos e reformados com rendimentos modestos entre 500 e 1200 euros”.

“O Governo não teve ainda a

humildade de reconhecer perante os portugueses que a sua meta de 2,1 por cento de inflação para 2008 não tem qualquer aderência com a realidade”, criticou, sustentando que “se o preço do petróleo rondar os 100 dólares a inflação poderá situar-se em 2008 nos 3 por cento”.

O deputado do PSD recordou “a promessa que o primeiro-ministro fez com pompa e circunstância de que os portugueses, em particular os funcionários públicos, no ano de 2008 não iriam ver o seu poder de compra afectado”.

“As promessas, sobretudo quando têm a ver com questões tão sérias como esta, devem ser cumpridas”, defendeu.

Patinha Antão afirmou que 2008 começou com “más notícias” e que a economia portuguesa “está a caminhar para uma situação pantanosa”.

Ecos das jornadas parlamentares em Vila Moura

Santana Lopes diz que o Governador do Banco de Portugal conhecia urgência para ser ouvido no Parlamento

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes desmentiu hoje o governador do Banco de Portugal ao dizer que Vítor Constâncio conhecia a urgência para ser ouvido no Parlamento.

Numa nota divulgada no domingo da semana anterior, o Banco de Portugal negou que Vítor Constâncio tenha recusado ser ouvido mais cedo na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças sobre operações bancárias do BCP, garantindo que não foi transmitido ao Governador “qualquer prazo de urgência”.

No comentário habitual na TSF, Pedro Santana Lopes negou hoje a falta de indicação de um prazo ou de indicação de urgência na audição do

governador do banco central.

“O que disse (Vítor Constâncio) não corresponde à realidade. Foi noticiado (...) e numa carta minha à Comissão (Parlamentar de Orçamento e Finanças) a dita urgência é invocada”, sublinhou o líder parlamentar social-democrata.

Santana Lopes referiu que Vítor Constâncio se escusou a ir ao Parlamento durante a semana passado invocando uma reunião do Banco Central Europeu.

Posteriormente foi apresentada a data 16 de Janeiro, mas o governador do Banco de Portugal recusou, alegando que não queria ir ao Parlamento antes da Assembleia-geral do BCP, marcada para terça-feira, esclareceu Santana Lopes.

“Este fim-de-semana (o governador) disse que precisava de mais tempo para se preparar. Vítor Constâncio já teve semanas para se preparar”, disse o líder parlamentar social-democrata.

“Temos sido compreensivos. Já é tempo de falarem na Assembleia da República”, acrescentou.

Na nota à imprensa, o Banco de Portugal esclarece que “(...) nos contactos realizados para agendamento da referida audição, não foi indicado ao Governador qualquer prazo de urgência, pelo que nunca o Governador recusou ser ouvido mais cedo, no caso de ser esse o entendimento do Parlamento”.

No sábado, o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o social-democrata Jorge Neto, disse à Agência Lusa que o governador do Banco de Portugal não quis ser ouvido na Assembleia da República na próxima semana.

De acordo com o presidente da comissão, Vítor Constâncio disse que não podia ser ouvido na quarta, na quinta, nem na sexta-feira da próxima semana por precisar de tempo para





preparar a sua intervenção na audição parlamentar.

As declarações de Jorge Neto surgiram na sequência de um outro comunicado do Banco de Portugal, emitido sábado, no qual a instituição garantia que 24 de Janeiro foi a única data acordada para o Governador prestar esclarecimentos naquela comissão parlamentar no âmbito do caso BCP.

Comentários de Santos Silva “inéditos” para qualquer Ministro (de Assuntos Parlamentares)”

Pedro Santana Lopes considerou hoje que Augusto Santos Silva fez comentários sobre as jornadas parlamentares do PSD que são inéditos para um ministro dos Assuntos Parlamentares, quebrando uma tradição de cordialidade no exercício do cargo.

O líder da bancada social-democrata falava nas jornadas parlamentares do PSD que se realizam entre hoje e terça-feira em Vilamoura, após a intervenção de Bagão Félix, que referiu ter sido convidado para o evento no dia 22 de Dezembro.

O PSD não contribuirá “para esse estado de coisas” porque “quer elevar o nível”, salientou Pedro Santana Lopes, negando o envolvimento dos sociais-democratas na disputa pela administração do BCP e contrapondo que o Governo é que tem falado desse assunto.

Augusto Santos Silva convocou hoje os jornalistas para uma conferência de imprensa, na sede do PS, em que acusou o PSD de estar a fazer campanha pela lista liderada por Miguel Cadilhe à administração do BCP.

Segundo o ministro, a participação do ex-ministro das Finanças Bagão Félix, que integra essa lista, nas jornadas parlamentares do PSD seria o “comício de encerramento” dessa campanha, na véspera da assembleia-geral do BCP.

“Não há precedentes de algum ministro do Governo da República fazer considerações sobre jornadas parlamentares de um qualquer partido, um sinal dos tempos a que chegamos”, reagiu Pedro Santana Lopes.

“Se não fosse estarmos habituados a este tipo de intervenções, eu consideraria que se trata de um

momento grave na relação entre o Governo e o Parlamento, mas não o vou fazer”, acrescentou.

O ex-primeiro-ministro apontou que “o cargo de ministro dos Assuntos Parlamentares tem já uma tradição, uma boa tradição na democracia portuguesa, tendo sido exercido por António Vitorino, Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Marques Mendes ou Rui Gomes da Silva com enorme correcção e cordialidade com as diferentes forças políticas no Parlamento”.

Bagão Félix acusa ministro Santos Silva de fazer “política de sarjeta”



O ex-ministro Bagão Félix acusou hoje o ministro dos Assuntos Parlamentares de “fazer política de sarjeta”, considerando “insinuações torpes” a acusação de que foi às jornadas do PSD fazer campanha pela sua candidatura ao BCP.

“Já não tenho pachorra para este tipo de declarações, acho que a política não se faz assim, a política é a procura do bem comum e não insinuações torpes”, afirmou Bagão Félix aos jornalistas à entrada para as jornadas parlamentares do PSD, em Vilamoura, Algarve.

“A política de sarjeta não é comigo”, acrescentou o ex-ministro das Finanças do Governo liderado por Pedro Santana Lopes.

“Eu queria dizer ao ministro Santos Silva que tantou falou de jornalismo de sarjeta que de facto lamento que ele esteja a fazer política de sarjeta”, reforçou Bagão.

O independente próximo do CDS-PP salientou que “há pessoas que têm vida para além da política”, afirmou que o ministro dos Assuntos Parlamentares “tem que respeitar isso” e lembrou que foi convidado para estar

nas jornadas parlamentares do PSD “antes do Natal, quando não sonhava com a questão do PCP.

Bagão Félix, que recusou comentar qualquer questão relativa ao BCP, frisou que a sua intervenção nas jornadas tem como “tema a política económica e financeira”.

Em conferência de imprensa, o dirigente socialista Augusto Santos Silva acusou hoje o PSD de estar a efectuar “uma campanha intolérável, inaceitável e inqualificável” no sentido de tentar “descrédibilizar as instituições de supervisão e de regulação do sistema financeiro”, acusando Bagão Félix de fazer uma “espécie de comício” a favor da sua

hoje em Vilamoura, no Algarve.

De acordo com o ex-primeiro-ministro, desse debate retirou-se a conclusão de que “é preciso fechar os acordos de regime” e “assumir muito rapidamente as fracturas” em relação ao PS, definindo posições sobre matéria orçamental, sobre as funções do Estado e sobre os impostos, entre outras.

“As funções do Estado são um ponto essencial” da alternativa política a apresentar pelo PSD, salientou.

Santana Lopes falou da situação nova para o PSD, à qual tem de se adaptar, de ter um social-democrata na Presidência da República, Cavaco Silva, que frequentemente surge em

destaque face ao partido como agente condicionante da acção do Governo.

Na reunião de segunda-feira à noite, que se prolongou até cerca da uma da manhã, o Presidente foi elogiado, referiu Santana.

Quanto à avaliação do executivo socialista, “as coisas começam a ser postas no seu lugar” considerou o líder parlamentar do PSD, sustentando que “a imagem de competência e rigor do primeiro-ministro [José Sócrates] pela primeira vez abriu brechas”.

Líder Parlamentar que “fechar acordos” com PS e começar a assumir “fracturas”

Santana Lopes acrescentou que se entrou “numa nova fase” em que são apontadas hesitações a Sócrates, mas aceites como traços da sua humanidade.

O ex-primeiro-ministro contestou ainda que o actual Governo tenha políticas socialistas. “O PS quando vai para o poder governa com uma política que não é socialista: privatizações, autoridade. Nem sequer nós nos revemos [nessa política]. Não é uma alternância lógica em termos de prática governativa”, disse.

“Quem é mais social-democrata, José Sócrates ou Cavaco Silva?”, questionou.





INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MÁRIO ALBUQUERQUE

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 17.01.2008
“Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (alterações)”

Exmo. Senhor Presidente
Exmos. Senhores Deputados

Discutimos hoje uma matéria de relevante importância para a vida e funcionamento do nosso Poder Local democrático, na sequência, aliás, doutras iniciativas, do mesmo âmbito, aqui tratadas no decurso da presente legislatura.

Assim, na sessão plenária de 19.05.2005 a mesma matéria aqui esteve em debate, dando sequência aos Projectos-Lei 5/X, 28/X, 66/X e 76/X, então apresentados, respectivamente, pelos Partidos Social-Democrata, Socialista, Comunista e Bloco de Esquerda.

Voltamos hoje, porventura de forma mais convicta e sustentada, a esta temática, agora mais confortados com um construtivo esforço de consensualização maioritário alcançado, em conformidade com o Projecto-Lei 431/X/3 dos Partidos Socialista e Social-Democrata, sendo ainda de destacar outras iniciativas consubstanciadas nos Projectos-Lei 440/X e 441/X do CDS/PP e Projectos-Lei 438/X e 445/X, respectivamente, dos Partidos Comunista e Bloco de Esquerda.

Consideramos, até pela nossa qualidade de Partido maioritário no domínio Autárquico, o que nos acarreta acrescidas responsabilidades, que se trata de uma iniciativa extremamente oportuna, coerente e desejada, que irá colmatar algumas lacunas evidentes que se vinham fazendo sentir, de forma assaz perturbadora, na vida dos Municípios, na medida em que vai permitir que, de uma vez por todas, se extingam alguns procedimentos perniciosos e se ultrapassem certos constrangimentos que, não raras vezes, condicionavam o desempenho dos eleitos locais, com inevitáveis consequências na vida das populações.

Ainda bem que as divergências, digamos pouco substanciais, que dividiam as posições iniciais do PSD e PS, acabaram por ser ultrapassadas pelo diálogo sério, construtivo e responsável, com cedências, naturalmente, de ambas as partes, em nome de princípios, valores e causas bem mais importantes, porquanto se sobrepõem, indiscutivelmente, a meros posicionamentos político-partidários.

Ao aprovarmos esta Lei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos, de facto, a dar um sinal extremamente positivo ao País, pois adequamos as estruturas do Poder Local a uma realidade nova que há muito a prática e a experiência vinham aconselhando, libertando-o de peias



constrangimentos, por vezes demasiado sérios e incompreendidos pelos cidadãos, garantindo-lhe, designadamente, mais estabilidade, maior governabilidade e acrescido sentido de responsabilidade, para além de permitir uma desejável eficácia no âmbito das respostas exigidas na justa dimensão da administração municipal.

Trata-se de uma adequada arquitectura dos Governos municipais, com mudanças significativas, quer no domínio dos Órgãos Executivos, quer no reforço dos poderes dos Órgãos deliberativos, construindo-se, deste modo, uma solução que classificamos de necessária, justa e equilibrada.

Julgamos, ainda, que a presença de representantes dos Partidos da Oposição no Executivo, ainda que de forma pouco expressiva, contém uma mais valia bastante apreciável, na medida em que confere, sem dúvida, ao Órgão a necessária e desejável transparência democrática.

Reconhecemos, apesar de tudo, que não será uma solução perfeita, mas restando dúvidas que as alterações agora propostas, não obstante algumas fragilidades que possam evidenciar, serão, inquestionavelmente, as mais recomendáveis e ajustadas à realidade da nossa vida municipal. Naturalmente que estamos abertos a outros contributos que possam valorizar e enriquecer o nosso Projecto, mas recusaremos quaisquer outros que visem distorcer ou desvirtuar a filosofia, mais dominante, que lhe está subjacente.

Encerra-se, com as alterações agora produzidas, um debate que há muito vinha sendo reclamado e até objecto de pontual controvérsia e discussão, alterando-se algumas

disposições da Lei Orgânica 1/2001 de 14 de Agosto e da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A-2002 de 11 de Janeiro.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

O Poder Local, pelo seu percurso de sucesso e pelo prestígio que lhe é reconhecido face ao trabalho sério, generoso e determinado dos seus Autarcas, é hoje responsável pelos maiores níveis de progresso e desenvolvimento experimentados pelo País no decurso das últimas três décadas, bem como pela substancial melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Merece, por isso, como elementar imperativo nacional, que, sem complexos e sem quaisquer reservas, o abordemos e reflectamos, desejavelmente com mais frequência, nesta Câmara, pois estamos perante um patamar de Poder da nossa Administração Pública de características muito peculiares, especialmente pela mais valia que representam as suas políticas de proximidade.

Por vezes até parece que alguns, talvez porque tenham dificuldades em conviver com outros poderes, se mostram renitentes, e até distantes e indiferentes, relativamente a todas as suas comprovadas potencialidades, méritos e virtualidades.

São decorridos ainda poucas semanas quando, em sede de discussão do último Orçamento de Estado, tivemos a oportunidade de alertar para a importância da Administração Autárquica, bem como para atenção que, mais decididamente,

nos devem merecer todas as suas múltiplas realidades.

O entendimento hoje alcançado no âmbito da respectiva Lei Eleitoral, merece e reclama outras diligências, de igual modo necessárias e urgentes, pelo que o PSD deixa aqui o repto a todos os Grupos Parlamentares, muito particularmente ao Partido Socialista como força maioritária, e com responsabilidades governativas, as seguintes premissas:

Estão disponíveis para nos acompanharem, imbuídos da mesma boa-fé, para trabalharmos na indispensável revisão do quadro de atribuições e competências das Autarquias de Freguesia, de forma a que se definam, com o necessário rigor, o justo âmbito da sua acção, com a necessária clarificação das inerentes contrapartidas financeiras a disponibilizar, bem como no contexto, hoje bastante difuso e complexo, das suas relações com as Câmaras Municipais? E para que se faça uma equilibrada revisão do Estatuto dos Autarcas de Freguesia, a quem já chamam os parentes pobres do nosso regime, como forma de dignificar a função e estimular todos quantos ainda porfiam, generosamente, em servir as suas populações, tantas vezes em circunstâncias particularmente difíceis?

Estão disponíveis para, conjuntamente, trabalharmos no reforço dos pilares fundamentais das Autarquias Municipais, que têm como principais fundamentos os princípios da Autonomia, da Descentralização e do Associativismo que, nos últimos tempos, têm sido tão fortemente abalados por políticas cegas, unilaterais e centralistas?

Estão disponíveis para que se faça uma imperativa revisão da Lei das Finanças Locais, de molde a que as respectivas formulações sejam claramente definidas, isto é sem ambiguidades, considerando que a última versão é fortemente penalizadora, alterando, inclusivamente, as regras do jogo no decurso do mesmo, semeando o pânico e a asfixia no seio dos Executivos Municipais, mormente nos mais dependentes das transferências do Estado, com as consequências que se podem adivinhar no campo das expectativas criadas junto dos cidadãos?

Estão disponíveis para trabalharmos no famigerado desiderato da descentralização, com a prometida regulamentação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, de forma a clarificarmos o campo, ainda manifestamente indefinido, das



delimitações de competências entre as Administrações Central e Local, e permitir-se, finalmente, com bases suficientemente sólidas, a definição das regras de contratualização, com especial enfoque, como o Governo o tem afirmado, nos domínios da Saúde, da Educação e da Segurança Social?

Estão, finalmente, disponíveis para tratarmos, com sentido de Estado, a questão fundamental do Associativismo Municipal que, para além da anunciada dissolução das Leis 10 e 11/2003, de 13 de Maio, se

encontra mergulhado num profundo silêncio e vazio? Não se estranha que, em matéria de tão crucial importância para o desenvolvimento global e integrado do País, capaz de esbater assimetrias e combater a interioridade, que cada vez mais se vão acentuando, não se conheça uma orientação e um caminho que possam traçar perspectivas e preencher as enormes lacunas existentes, que estão a provocar um visível mal-estar e natural desorientação no campo do associativismo intermunicipal?

Como vêem Senhor Presidente e Senhores Deputados, temos todos razões de sobejo para estarmos preocupados com este relevante sector da nossa administração, até porque a Carta Europeia de Autonomia Local, publicada no DR de 23-10-1990, à qual Portugal se encontra vinculado nos impõe inalienáveis responsabilidades, pelo que queremos acreditar que o dia de hoje, também pelo significado do entendimento que configura, possa representar uma nova centelha de esperança no campo de todas as muitas

questões, inequivocamente pertinentes e urgentes, que aqui tivemos a oportunidade de levantar, com todo o realismo e sem despropositados empolamentos.

Os Portugueses merecem-no e o País reclama-o!
DISSE

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS MONTENEGRO

A.R., 17 DE JANEIRO DE 2008

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Ao contrário do que sucedeu com a aprovação pelo PS da actual lei das finanças locais, que limitou de forma grave a capacidade de acção política e financeira das autarquias locais, ou da forma centralista como o Governo quer gerir o QREN, o projecto de lei que agora subscrevemos e apresentamos, garante e desenvolve a autonomia do poder local democrático, conferindo à sua gestão mecanismos mais eficazes de governabilidade, de responsabilização e de transparência.

O contributo do poder local para o desenvolvimento do País, a estreita ligação que os autarcas estabelecem com as populações que representam, são factores essenciais ao funcionamento do nosso sistema político.

É a partir destes pressupostos que o poder legislativo deve intervir, melhorando e aperfeiçoando as condições do exercício da função autárquica, sempre prosseguindo o desígnio de com isso favorecer o bem-estar e a qualidade de vida das populações.

Esta é a primeira nota que deve ficar clara neste debate.

Este não é um projecto que vise favorecer nenhum partido.

Este é um projecto que visa beneficiar as populações.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Desde há vários anos que o PSD se dedica à avaliação do sistema de governo autárquico e respectivo método de eleição.

Muitos têm dito que as coisas funcionam bem como estão e que aquilo que queremos é retirar benefícios desta alteração.

Todos sabemos que as regras vigentes levantam problemas práticos de governabilidade e de responsabilização.

Quanto à alegada intenção de auto-favorecimento gostaria de dizer que isso não faz sentido!

Não é verdade!

Pois se nós já somos hoje largamente maioritários no poder local seríamos os primeiros interessados em manter tudo na mesma.

Nós não queremos mais poder. Nós queremos é criar condições para que quem tem o poder, quem ganha as eleições, desenvolva mais eficazmente o mandato que o povo lhe conferiu e no fim responda pelo trabalho produzido.

E a verdade é que o actual modelo ao invés de marcar bem a diferença entre o poder deliberativo e a realização do debate e contraditório político que deve caber ao parlamento local, e o poder executivo que cabe à Câmara, constitui este último como uma segunda versão, mais pequena, do órgão deliberativo, um mini-parlamento.

Em democracia a maioria deve governar e a minoria deve fiscalizar.

E tão preocupados e empenhados estamos em garantir essa capacidade fiscalizadora que tomamos a opção de manter a oposição no executivo. Sem deixar contudo de conferir àquele que o povo quis e elegeu líder do executivo toda a capacidade para desenvolver o seu programa e cumprir as suas competências.



A esse propósito cumpre ainda dizer que a presidencialização do funcionamento das autarquias locais decorre bem mais do regime de competências que temos, do que do impulso que agora damos.

No domínio da escolha dos vereadores e da possibilidade de remodelação do executivo ou mesmo do número de vereadores que pode chamar da sua estrita confiança e proximidade, a opção visa sobretudo uma maior responsabilização do Presidente de Câmara, aliás mais compatível com a dimensão precisamente das competências que a lei lhe atribui.

E também aqui há uma adequação do modelo de governo à realidade de hoje.

Ninguém duvida que as exigências do exercício autárquico são hoje bem maiores do que há 30 anos. Várias são as competências que já foram ou se perspectiva sejam num futuro próximo, transferidas da administração central para a administração local. Próximo, aliás, que se deseja continue em sectores chave como a saúde, a educação, a acção social e o ambiente.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Um partido com vocação de poder como o PSD procura sempre submeter ao eleitorado as melhores propostas.

O fim é sempre o mesmo, é prosseguir o interesse colectivo, a qualidade de vida das pessoas, e alcançar o progresso do País.

O instrumento é a confiança dos eleitores, traduzida no exercício da função política.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Mas um partido responsável e sério como o PSD nunca quis ganhar na secretaria o que as urnas não lhe conferiram.

Mas também não somos presunçosos. Respeitamos as demais forças políticas e os grupos de cidadãos eleitores e acreditamos que a sua acção é norteada pelos mesmos princípios.

Donde, não vale a pena chamarmos, neste âmbito de definição e estruturação dum importante pelas da nossa organização política para a trica partidária e para a politiquice.

Nós acreditamos profundamente no interesse desta iniciativa.

A nossa postura foi absolutamente transparente.

Primeiro promovemos a nossa reflexão interna e produzimos o nosso projecto.

Depois, atento as exigências colectivas e a vantagem de criar um quadro estável e o mais consensual possível, discutimo-lo com o PS, construindo o diploma que hoje debatemos.

Agora, lançado o debate parlamentar conducente à aprovação dum texto final, fieis aos princípios da reforma que propusemos, esperamos uma ampla participação de todos, mormente integrando os contributos de todos quantos neste parlamento e fora dele, com especial destaque para a ANMP e ANAFRE, o quiserem oferecer.

Este é o nosso caminho para afirmar um poder local mais eficaz e transparente, salvaguardando o interesse do País e, sobretudo, o bem-estar das pessoas.

Disse.





INTERVENÇÃO DA DEPUTADA ANA ZITA GOMES

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,

O projecto de Lei n.º 413/X, do PCP, introduz o debate sobre a realidade dos estágios curriculares e profissionalizantes em Portugal. A expansão do acesso ao ensino superior e a consequente generalização do recurso aos estágios criaram alguns desajustamentos que o proponente bem identifica, na exposição de motivos.

Em geral, e não obstante os apoios no âmbito da acção social escolar, os estudantes do ensino superior suportam custos elevados quando comparados com os rendimentos auferidos pela esmagadora maioria da nossa população. Esta situação agrava-se no caso dos estudantes deslocados.

O Projecto de Lei que o PCP hoje aqui nos apresenta aborda esta realidade, do acumular de custos ao longo da vida escolar de um estudante.

Não desconhecemos que o estágio, curricular ou profissionalizante, pela definição dos autores do Projecto, surge muitas vezes como uma exigência para obtenção de um grau académico.

E não desconhecemos que, depois de os estudantes terem já investido vários anos da sua vida e muitos recursos financeiros com vista a um futuro melhor, com o estágio, surgem - nalguns casos - despesas acrescidas, como são, por exemplo, os custos com as deslocações.

Lembre-mos que não há muitos anos, a regra passava por estágios com alguma remuneração. Ainda que de forma desigual ao vencimento dos trabalhadores da empresa ou instituição.

Sucedem que os estágios não deixaram de ser remunerados por obra do acaso, mas pelo desajustamento entre a oferta e a procura, num mercado de trabalho que como todos sabemos, é cada vez mais competitivo e de difícil acesso. À boa vontade de alguns empregadores que acolhiam estagiários e lhes pagavam ajudas de custo, bolsas, ou uma remuneração, sucedeu-se, em muitas circunstâncias, com a contracção do mercado e o aumento da oferta, um regime de semi-exploração do indivíduo, com empresas a aceitarem estagiários todos os anos, sem qualquer despesa com os mesmos e sempre num regime de rotatividade e gestão da expectativa dos jovens, que dão o seu melhor por alcançar um contrato, que nunca existe.

Há jovens que estagiam durante anos. E pela vontade de alguns empregadores, serão estagiários durante muito mais tempo, Ssem



carreira contributiva, sem qualquer remuneração, sem qualquer protecção social, no aproveitamento de uma designação de “estagiário” que há muito ultrapassou os limites da própria Lei.

O Estado, esse, tantas vezes dá o pior dos exemplos., mantendo precisamente a mesma situação, tendo muitas vezes nos seus serviços recém-licenciados a quem chama de “estagiários” ou nessa nova designação da condição de servidor público, que é o “voluntário”: mas não aquele voluntário que dá à comunidade umas horas do seu tempo no final de um longo dia no seu emprego. É um voluntário que trabalha a tempo inteiro, apenas para ganhar experiência profissional. Não recebe um cêntimo pelo seu trabalho e realiza um trabalho por simpatia pela profissão que desejava, mas que o país não o deixa exercer. Nesse caminho mantém a esperança que um dia o serviço abra um concurso.

Sras. e Srs. Deputados,

A crise de emprego que se vive hoje e que é sentida de forma mais acentuada entre os jovens com mais qualificações é transversal e subverteu um princípio básico da realização dos estágios curriculares ou profissionais:

Quando estes deveriam funcionar numa lógica de aprendizagem em contexto de trabalho, de entrada no mercado de trabalho, tornaram-se, ao invés, num obstáculo à entrada de jovens no mercado de trabalho. Porque a oferta constante de estagiários não remunerados leva a que algumas necessidades dos serviços sejam sempre satisfeitas com o recurso a esta mão-de-obra.

A sensibilidade do Governo para com as questões que afectam os jovens é já conhecida. Dou apenas três exemplos: Refiro apenas duas medidas emblemáticas do Governo em matéria de incentivos à empregabilidade, ao empreendedorismo jovem e em particular a questão dos estágios: Falo da quase duplicação do valor da contribuição mínima para a segurança social, que inibe, por exemplo, o empreendedorismo jovem; a diminuição drástica dos apoios ao arrendamento jovem e por conseguinte à emancipação; O outro exemplo, que todos conhecem, foi o fim dos estágios remunerados para os estudantes das vias de ensino das Universidades portuguesas.

Este último exemplo com uma particularidade. A senhora Mministra da Educação, assumiu na Assembleia

que por constrangimentos orçamentais terminou com a remuneração dos estágios. O Senhor Primeiro Ministro, no seu registo muito próprio, disse outra coisa: que os estágios tinham acabado para tornar o sistema de acesso aos estágios muito mais justo: Agora ninguém tem remuneração!

Mas logo atirou com uma promessa. Afirmou, aqui na Assembleia da República que: : “Eliminámos o estágio (...) mas faremos o que nos compete fazer, por isso serão atribuídas ajudas de custo e bolsas para que aqueles que antes tinham direito a um estágio remunerado e, logo que saiam da universidade, auferiam um ordenado de professor possam beneficiar de apoio por parte do Estado para acederem a um estágio no sistema educativo.”

Esta promessa também caiu como tantas outras. A Senhora Ministra da Educação, questionada recentemente, pelo PSD sobre esta matéria, teve dificuldade em localizar essa promessa. Todos temos essa dificuldade com as promessas do Sr. Primeiro Ministro.

E chegamos ao Projecto de Lei, hoje em discussão:

Acompanhamos o PCP no diagnóstico.

Mas divergimos quanto às soluções. E neste caso específico das medidas apresentadas neste diploma. Esta iniciativa melhorará a vida dos nossos jovens e sua situação face ao emprego? A iniciativa, que até pode ser concertada é bem intencionada, é nalguns pontos vaga, carecendo de definições. Não define, por exemplo, de que forma o Estado garante as ajudas de custo, de alimentação e sobretudo da habitação. Assim como o seu impacto financeiro.

E não aborda a decisiva questão do impacto financeiro das medidas propostas.

Estamos a falar de dinheiros públicos. Com o dinheiro que os contribuintes portugueses descontam todos os meses.

Logo, com este dinheiro não se brinca.

Com sentido de responsabilidade, devemos alertar para o aventureirismo que a aprovação deste Projecto significaria.

A verdade é que a proposta diz que sendo o estagiário um estudante, deve ter direito a esses apoios. E propõe que todos os estagiários tenham esse apoio. A verdade é que o PCP não propõe iguais medidas para o restante período de formação. E não o propõe pela mesma razão que não define muitos aspectos num diploma que cria um Regime de Apoio à frequência de estágios: é de difícil concretização e de complexa aplicação. Não concordamos com uma medida

universal como o projecto defende, sem diferenciação económico-social, Lembremos que o princípio que subjaz aos estágios é o de preparar o recém licenciado para o mercado de trabalho. Dar-lhe a oportunidade de aproximar o seu conhecimento teórico de uma valência mais prática. Permitir a entrada de indivíduos sem experiência profissional no mercado de trabalho.

Consideramos que este diploma pouco define, remetendo tanto para um Governo em que poucos dos que se sentam nestas bancadas acreditam. , apresentando soluções muito pouco realistas e nada exequíveis.

Pela nossa parte, afirmamos convictamente que a actual situação por que passam tantos e tantos jovens portugueses, exige que equacionemos Deve equacionar-se uma diferente regulamentação geral dos estágios profissionais, acabando com aquelas que são as piores práticas neste domínio. O projecto de lei do PCP, à parte do mérito da iniciativa, é demasiado generalista - quase em forma de projecto de resolução - remetendo para posterior regulamentação.

Consideramos que o diploma não resolve o problema do abuso da figura de estágio por parte das empresas de acolhimento ou mesmo por parte de serviços do Estado. O diploma Também não visa resolver o grave problema do desajustamento do mercado de trabalho à oferta.

Na nossa opinião, a solução está precisamente do lado das empresas, dos estímulos à empregabilidade, dos apoios à inovação e ao empreendedorismo, da condição de regimes fiscais favoráveis à criação de emprego para jovens, ao fim da praga dos recibos verdes, que roçam a ilegalidade e criação de condições para que as empresas sintam a mais valia de terem estagiários nas suas estruturas, que os formando-osem e os apoiando-os como seus futuros quadros, que lhes dême dando-lhes reais condições de realização profissional para que estes se sintam bem nesses locais e por lá queiram ficar, com óbvio benefício para empresas e jovens..

Consideramos que isso estes problemas não se resolvem com mais um subsídio a atribuir pelo Estado.

Poderá ser o caminho mais fácil, mas não é o nosso.

De resto, esta proposta poderia mesmo vir a ter um efeito perverso: ajudar a perpetuar um sistema que promove estágios fictícios que não passam de verdadeira exploração de muitos jovens trabalhadores.

No final, acaba o Estágio, acaba-se o subsídio, e a empresa recebe outro estagiário no momento seguinte. Embora signifique uma vantagem financeira para o estagiário, não passa de um paliativo para o sistema.

Embora o PSD não acompanhe as soluções apresentadas, saúda o Grupo Parlamentar do PCP pela oportunidade e abordagem deste tema. Disse.

MOÇÃO DE CENSURA AO GOVERNO

16 de Janeiro de 2008

Intervenção do Deputado Rui Gomes da Silva

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Senhor Primeiro-Ministro
Senhores Membros do Governo,

O Bloco de Esquerda apresentou uma Moção de Censura ao Governo, com o argumento de que o Primeiro-Ministro violou o compromisso político que assumira com a realização de um referendo ao Tratado Europeu.

Esta Moção não foi apresentada porque o Bloco defendia, genuinamente, um referendo desse mesmo Tratado, uma consulta sobre o nosso posicionamento face à União Europeia ou como forma de aprofundar o debate e a legitimidade do projecto em que entramos em 1986.

Sejamos claros:

A verdadeira razão que leva o Bloco de Esquerda a querer o referendo é ideológica.

Não tenhamos ilusões: o Bloco de Esquerda é contra a economia de mercado, é contra o comércio livre, é contra os valores políticos em que se alicerçam as democracias liberais e socialistas do Ocidente.

Se, porventura, alguma vez o Bloco de Esquerda tivesse a possibilidade de determinar a posição de Portugal face à Europa, a sua opção seria a da nossa não participação nesse projecto!

Por isso, o PPD/PSD, profundamente empenhado no projecto europeu, nunca poderá colocar-se ao lado daqueles que defendem o referendo como disfarce para contestarem a integração europeia.

Temos orgulho do nosso envolvimento no projecto europeu, como temos, hoje, uma posição muito clara sobre a forma de ratificação do Tratado de Lisboa.

A de que essa tarefa deve caber à Assembleia da República.

Fazemo-lo sem tibiezas, sem desculpas hipócritas e, acima de tudo, sem procurar atirar para cima de outros órgãos de soberania - como tentou o Senhor Primeiro-Ministro - uma responsabilidade que cabe, em primeiro lugar, aos Partidos Políticos.

A posição do PPD/PSD foi assumida nas eleições directas para a liderança do Partido, ratificadas por uma votação expressiva no Congresso e confirmadas, mais tarde, pelo Conselho Nacional e pelo nosso Grupo Parlamentar.

Somos um Partido democrático, que acredita na pluralidade, na discussão e no livre confronto de opiniões.

Por isso, todo este importante



processo político pôde decorrer com tempo, sem pressas e acompanhado de um debate, cuja democraticidade certamente ninguém ousará por em causa.

Outros, como o Partido Socialista, optaram por fazê-lo à pressa, com reuniões convocadas no espaço de pouquíssimas horas.

E se a forma foi atabalhoada, a substância é confrangedora.

Na verdade, Senhores Deputados, É legítimo ao Senhor Primeiro-Ministro poder mudar de opinião.

O que não se entende é como não percebeu, desde logo, as razões do apoio à ratificação no momento da assinatura do Tratado em Lisboa, e se tenha dado ao luxo de brincar com coisas sérias, só para tentar não estragar a sua imagem de homem supostamente infalível!

Nada, para testemunho, dessa encenação do que citar o Dr. António Vitorino, seu presumível conselheiro, quando afirmava, qual argumentista que "O Primeiro Ministro guarda as cartas junto ao peito e pode sempre surpreender".

O "suspense" estava garantido! A decisão está tomada. Ainda bem, no entender do PPD/PSD.

Que tendo mudado de líder, viu a sua posição clara e frontalmente definida

Mas vale a pena perder algum tempo nos argumentos para a decisão que o Senhor Primeiro-Ministro tomou.

Diz que a maioria dos Deputados apoia o tratado e por isso não valeria a pena referendá-lo.

Mas então, porque prometeu referendá-lo antes?

Ou porque andou tão indeciso? Para consumo interno?

Para dar a ideia aos fazedores da opinião publicada - a única que lhe interessa - que bem tentou remar contra uma inevitabilidade?

A resposta, deu-a o Senhor Primeiro-Ministro, quando afirmou que, e cito, "não se devem fazer referendos em altura de crise económica".

Ou seja: o Primeiro-Ministro, que poderia ter resolvido o assunto, de uma só vez, quando da assinatura do Tratado, em 13 de Dezembro último, concluiu como concluiu, porque teme que os Portugueses aproveitem a oportunidade para transformar o referendo numa eleições primárias, de censura ao Partido Socialista?

Bem avisado andar, nesta matéria, o Governo!

Há, todavia, um argumento, referido pelo Partido Socialista na sua explicação das razões porque defende a ratificação parlamentar, que, interpretado "à contrário", merece toda a nossa concordância: o de que o debate político do referendo até convinha à actual maioria.

É verdade.

Ao PS interessa tudo menos falar de assuntos de política interna, de matérias que digam respeito, directamente, ao quotidiano dos Portugueses.

Não interessa ao PS falar de política de saúde quando o Governo tem fechado, ao longo destes três anos, serviços de uma forma sem precedentes desde o 25 de Abril.



Não interessa ao PS falar de segurança interna quando a intranquilidade pública cresce todos os dias e, perante a impotência do Governo, os Portugueses assistem à multiplicação dos crimes à porta das suas casas e escolas, bem como ao surgimento do fenómeno da criminalidade violenta.

Não interessa ao PS falar de educação, quando todos conhecemos a quebra dos patamares de exigência que o Governo impôs ao País como forma de aumentar artificialmente a taxa de sucesso no ensino.

Não interessa ao PS falar do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, quando o Governo já perdeu um ano e está atrasadíssimo no aproveitamento desses fundos europeus que, convém lembrar, ascendem a 21 mil milhões de euros e constituem a última oportunidade de Portugal se modernizar.

Não interessa ao PS falar de política fiscal porque, depois de ter sobrecarregado as famílias portuguesas com impostos sobre impostos, quer guardar-se para fazer um pequeno alívio fiscal mesmo a tempo das próximas eleições.

Não interessa ao PS falar de emprego quando a taxa de desemprego aumentou como aumentou nos últimos três anos!

Não interessa ao PS falar de inflação quando as notícias, de hoje mesmo, dão conta do falhanço da previsão do Governo nesta matéria, em relação ao ano de 2007!

Não interessa ao PS falar de economia, quando tanto o Banco de Portugal como o EUROSTAT confirmam que o crescimento económico português é dos piores de toda a União Europeia.

Não interessa ao PS falar sobre política de transportes quando acabou, há dias, por dar, uma vez mais, razão ao PSD e a todos quantos defenderam a localização do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete.

Como não recordar aqui – sobre esta matéria - frases do Senhor Primeiro Ministro ou do Senhor Ministro das Obras Públicas, como “quem tiver ideias contrárias às do Governo, relativamente ao aeroporto da OTA, presta um mau serviço ao País”, ou “a OTA é a única solução”, ou, ainda, “a decisão de construir a OTA é irreversível”?

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Senhor Primeiro-Ministro
Senhores Membros do Governo,

Fruto da falta de convicções e de uma ideia mobilizadora para o País, o Governo está cansado e sem ânimo.

Um Governo que em 18 horas dias deixa cair a OTA e invoca as razões que invoca para decidir como decidiu na questão do referendo europeu é um Governo sem estratégia, sem rumo e sem convicções.

Já o sabíamos!

Quem governa por sondagens, não pode governar por ideias, por princípios, por convicções!

Governa, assim, pelo poder!

Vive e morre apenas pela manutenção do poder, por si, sem procurar saber o que quer, para além da ostentação desse mesmo poder!

E sem projecto, fica a arrogância!

Vazia.

Sem conteúdo.

Pelos lugares e com uma única preocupação: a continuação, a qualquer preço!

Um Governo que pretende distribuir o aumento extraordinário das pensões em “suaves prestações mensais” de 68 cêntimos – com o argumento de que, se esse aumento fosse pago logo em Janeiro, os reformados gastavam tudo de uma só vez – é um Governo que perdeu a noção do ridículo.

Um Governo com um Ministro que se dá ao luxo de criticar as matérias que o PPD/PSD decidiu incluir e abordar nas suas Jornadas Parlamentares, é um Governo que dá sinais de um grande nervosismo, revelador de uma enorme tendência para o controlo de tudo o que é e tem a ver com a liberdade; dando ideia de uma grande, de uma já enorme intolerância!

Parafraseando António Barreto, “Sócrates não tolera ser contrariado, nem admite que se pense de modo diferente daquele que organizou com as suas poderosas agências de informação a que chama de comunicação”

“... O Primeiro Ministro - e continuo a citar - é a mais séria ameaça contra a liberdade, contra a autonomia das iniciativas privadas, contra a independência pessoal que Portugal conheceu nas últimas três décadas.”

Ou seja, como diria o mesmo ex-ministro socialista, em Maio do ano passado, “o estilo de Sócrates consolida-se. Autoritário. Crispado. Despótico. Irritado. Enervado. Detesta ser contrariado”.

E que graça têm as teses de reconstrução da imagem do Senhor Primeiro-Ministro, para tentarem disfarçar o indiferecível!

Como aquela em que se afirma – e voltamos ao objecto da presente Moção de Censura – que “... o PM terá aproveitado a reunião informal do Conselho de Ministros, no domingo (dia 6 de Janeiro), para trocar as voltas ... e, desta forma, testar a capacidade da sua equipa para guardar segredos.”

E, face às notícias vindas a público, nos dias seguintes ao do referido Conselho de Ministros Extraordinário,

conclui o artigo “Sócrates não pode confiar em ninguém”!

Ou seja, Senhores Ministros, não se importam de destruir a imagem do Governo, de todos e de cada um de vós, para tentar salvar a imagem do chefe.

Elucidativo.

Como diria António Barreto – e faz bem à democracia citá-lo, por insuspeito, face à sua identificação partidária, “... Sócrates está convencido que pode vender o que quiser a quem quer que seja. Basta ele falar, controlar a informação, negar a evidência, garantir as suas certezas e elogiar o produto.”

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Senhores Membros do Governo:

O PSD não votará favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda pois, para além de defendermos, intransigentemente, a estabilidade dos mandatos políticos, estamos, também, muito determinados em contribuir para o fortalecimento e aprofundamento da União Europeia, enquanto projecto de liberdade, de paz

e de desenvolvimento social e económico.

Se, porventura, sem prejuízo da defesa da estabilidade da legislatura, aqui estivéssemos a comparar os resultados deste Governo com os dos Governos dos nossos parceiros europeus, então teríamos que alinhar na crítica, tão evidente é o fosso que separa Portugal desses países.

Infelizmente, de cada vez que temos conhecimento de novos resultados económicos, constatámos que Portugal está mais atrasado, mais pobre, menos competitivo.

Lamentamos tantas decisões erradas.

Mas o que aqui está em jogo é o nosso compromisso com a Europa!

Uma última nota: A verdadeira aprovação de uma Moção de Censura, Senhores Deputados,

vai acontecer quando o Povo Português, nas próximas eleições legislativas, puser termo a quatro anos de enganoso, de promessas não cumpridas e de exercício de um poder arbitrário.

Derrotando o actual Governo e o Partido que o apoia!





Carlos Coelho defende nova estratégia da UE sobre os Direitos da criança

O Parlamento Europeu aprovou hoje a “**Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança**” que contou com a quase unimidade dos Deputados europeus. No debate que antecedeu a votação, o Deputado Carlos Coelho defendeu que se “*a violência contra quem não se pode defender é particularmente condenável, a violência contra as crianças é especialmente odiosa.*”

Na opinião de **Carlos Coelho**, é necessária “*legislação comunitária que proíba todas as formas de violência contra as crianças, quer seja física, psicológica ou de natureza sexual.*”

Com efeito, o confronto quotidiano com situações que violam os direitos das crianças “*impele-nos a dar respostas eficazes que criem os meios e os métodos mais adequados para pôr fim a este tipo de situações.*” Segundo dados da UNICEF (2003), morrem cerca de 3 crianças por semana vítimas de abuso e negligência em países como a França, e cerca de 2 por semana na Alemanha e no Reino Unido.

O Deputado do PSD saudou de seguida o empenho dos Estados Membros e das Instituições da União Europeia na implementação de políticas relativas às crianças que têm vindo a “*aumentar nos últimos anos.*” No entanto, a legislação, as políticas e estruturas existentes continuam a ser insuficientes para fazer face a todos o leque de questões que se colocam relativamente à sua protecção quer sejam vítimas de pobreza, tráfico, violência familiar, abuso sexual, pornografia, trabalho infantil, ou utilizados em conflitos armados como é o drama das “*crianças-soldados*” que persiste no séc. XXI.

Carlos Coelho reconheceu de seguida que a resposta primordial continua a pertencer aos Estados Membros mas é inegável a existência de uma dimensão transnacional europeia. “*A União Europeia pode, e deve, assegurar um valor acrescentado essencial no domínio dos direitos da criança.*”

Carlos Coelho felicitou a Comissão Europeia por esta iniciativa que demonstra que “*existe a vontade necessária para tornar esta questão uma prioridade de acção para a UE e criar uma estratégia geral da UE para promover e salvaguardar de forma eficaz os direitos da criança no âmbito das políticas internas e externas da União, ao mesmo tempo que deve apoiar os esforços desenvolvidos pelos Estados Membros neste domínio*” realçando também o facto de “*o novo Tratado de Lisboa incorporar os direitos da criança no âmbito dos objectivos da UE,*



criando deste modo uma nova base jurídica para a defesa desses direitos.”

Carlos Coelho lembrou que “*é necessário melhorar a prevenção, as campanhas de informação e sensibilização e o reforço dos serviços sociais para apoio às vítimas*” bem como “*as operações transfronteiriças contra os sites Internet de pornografia infantil*” com vista ao encerramento desses sites e ao desmantelamento dessas redes criminosas. Segundo **Carlos Coelho**, na base de dados da Interpol estão contidas quase **um milhão de imagens de abuso sexual de cerca 20.000 crianças**. No entanto, apenas pouco mais do que 500 dessas crianças foram identificadas e colocadas sob protecção.

Para **Carlos Coelho** a Internet oferece, sem dúvida, às crianças oportunidades fantásticas para comunicar e obter informação, mas no entanto é “*importante incentivar as crianças para que utilizem as novas tecnologias, mas é essencial que possamos garantir que o façam de forma segura.*”

Carlos Coelho defende transformação de Europol em Agência Europeia

Na sua Sessão Plenária, o Parlamento Europeu debateu o Relatório Diaz de Mera sobre a **Europol**, que contou com a participação do Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Justiça e Assuntos Internos, o **Comissário Franco Frattini** e do **Deputado do PSD Carlos Coelho**.

Tal como lembrou **Carlos Coelho** na sua intervenção, desde 1998 que o Parlamento Europeu rejeitou todas as iniciativas que lhe foram apresentadas quando consultado sobre questões de pormenor relativas à EUROPOL, “*já-lo por coerência enquanto a EUROPOL continuasse no âmbito intergovernamental, sem estar sujeita a controlo democrático e jurisdicional.*”

Esta iniciativa vem dar resposta ao que tem vindo a ser continuamente solicitado neste Plenário e pretende, segundo **Carlos Coelho**, “*converter a EUROPOL numa agência da União, financiada pelo orçamento comunitário e permitindo reforçar o papel de controlo do Parlamento.*”

Apesar desta proposta ser alvo de enorme controvérsia ao nível do Conselho, **Carlos Coelho** é da opinião de que cabe ao Parlamento Europeu “*não contribuir com mais adiamentos (o nosso parecer devia ter sido transmitido até Maio do ano passado).*” O Parlamento Europeu tem a obrigação de apoiar a iniciativa da Comissão de transformar a EUROPOL numa agência da União.

Na sua opinião o actual quadro jurídico da EUROPOL “*dificulta muito, aliás, qualquer processo para actualizar ou alterar as suas competências.*” A desvantagem deste tipo de Convenções internacionais, em termos de flexibilidade e eficácia, é a necessidade de serem ratificadas por todos os Estados, o que pode demorar anos, conforme se pode ver pelos 3 protocolos que pretendem introduzir as alterações necessárias.

Segundo **Carlos Coelho**, “*o aumento de novas ameaças para a segurança, como é o caso do terrorismo, colocam novos desafios à EUROPOL e exigem uma nova abordagem.*” Daí a importância desta Decisão, que “*deverá colocar não só a EUROPOL em igualdade de circunstâncias com a EUROJUST e a CEPOL (Academia Europeia de Polícia), mas também deverá tornar o seu funcionamento mais eficaz*”, alargando o seu mandato “*à criminalidade que não esteja estritamente relacionada com o crime organizado e conferindo maior flexibilidade aos seus mecanismos.*” Ao mesmo tempo tem de ser garantida uma maior transparência e um controlo democrático e jurisdicional.

A terminar **Carlos Coelho** apoiou as recomendações do “*excelente Relatório apresentado pelo colega Diaz de Mera*”, realçando as “*importantes alterações*” que apresentou, “*especialmente ao nível da protecção de dados*”, onde se inclui a ideia de **criar um provedor de justiça independente para proteger os dados e do controlo democrático da EUROPOL.**



Silva Peneda apoia novos regimes de segurança social para trabalhadores que se deslocam dentro da UE

O Parlamento Europeu aprovou hoje o Relatório Ory sobre a proposta de alteração do Regulamento relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, aos trabalhadores não assalariados e aos membros da sua família que se deslocam no interior da Comunidade.

O Deputado do PSD José Silva Peneda apoiou o Relatório em debate pois *“insere-se numa série de instrumentos capazes de promover a mobilidade dos trabalhadores e das suas famílias dentro da União Europeia.”*

Segundo o Deputado português *“uma mobilidade acrescida dinamizará o mercado interno, acelerará o crescimento económico o que, por sua vez, contribuirá para a criação de mais emprego.”*

Na sua intervenção, Silva Peneda lembrou a proposta em causa *“não visa qualquer harmonização mas sim a garantia de uma coordenação eficaz dos sistemas de segurança social entre Estados-Membros quando um trabalhador se movimentar dentro da Comunidade.”*



trabalhador autónomo” para além de incorporar alterações legislativas ocorridas em vários países da União.

A pesar do carácter complexo e

técnico do relatório, *“ele tem implicações directas na vida quotidiana dos nossos concidadãos.”*

De facto vem acrescentar certeza

jurídica, melhorar a protecção e informação dos direitos dos trabalhadores e das condições sociais relacionadas com a sua mobilidade.



Para o Deputado do PSD esta coordenação é *“essencial para a livre circulação dos trabalhadores”* já que de outra forma *“arriscaríamos a perda de direitos adquiridos num Estado-Membro em resultado da sua deslocação para outro Estado-Membro.”*

Esta proposta vem também contribuir para uma *“maior clareza na definição do estatuto de trabalhador e de*

Carlos Coelho exige rapidez na entrada em funcionamento da Agência dos Direitos Fundamentais

Na sua Sessão Plenária, o Parlamento Europeu aprovou o Relatório Cashman relativo ao Quadro plurianual 2007-2012 para a Agência dos Direitos Fundamentais que contou com o apoio do Deputado do PSD Carlos Coelho.

Carlos Coelho, que em Fevereiro de 2007 já havia apoiado a criação da Agência dos Direitos Fundamentais, lembrou que o fez por *“acreditar que esta agência poderá contribuir significativamente para aumentar a coerência e a coesão da*

política da UE em matéria de Direitos Fundamentais.”

Esta agência foi oficialmente instituída em 1 de Março de 2007, mas continua a aguardar que lhe sejam atribuídos os elementos básicos para se tornar operacional, ou seja, a nomeação do seu Director e a aprovação de um quadro plurianual.

Segundo Carlos Coelho, esta iniciativa *“pretende fixar esse quadro plurianual que deverá orientar o funcionamento da Agência nos próximos 5 anos, definindo os domínios temáticos onde ela deverá actuar.”*

Carlos Coelho saudou o esforço que o relator Cashman fez no sentido de *“facilitar as negociações”* esperando que isso *“incentive a Comissão e o Conselho a concluírem com a maior brevidade a discussão sobre este quadro plurianual, e em paralelo o processo de selecção de candidatos para o cargo de director.”*

A terminar Carlos Coelho afirmou que *“Os cidadãos europeus não compreenderão mais atrasos que impeçam que esta Agência dos Direitos Fundamentais se torne inteiramente operacional.”*



Opinião



Ricardo Rio (*)

Râguebi no Estádio 1º de Maio?

Há já algumas semanas, o Francisco Rodrigues questionava-me quanto ao actual aproveitamento do Estádio 1º de Maio e, nesse âmbito, sugeria a possibilidade de o mesmo poder acolher uma eventual equipa de rugby (ou râguebi, na versão nacional).

Quanto ao primeiro aspecto, parece-me óbvio que apesar das “inúmeras actividades” que aí decorrem ao nível do futebol distrital e do atletismo - como sempre é invocado de cada vez que avançamos com a ideia de revitalização daquele espaço -, o Estádio 1º de Maio merecia uma utilização bastante mais intensa do que aquela que tem hoje, ao serviço da prática desportiva e da comunidade local (nomeadamente no apoio ao Desporto Escolar e Universitário).

Aliás, no âmbito do projecto que temos para a requalificação daquela zona, com vista à criação de um verdadeiro Parque da Cidade, o Estádio 1º de Maio assumir-se-á sempre como uma estrutura nuclear, colocada ao serviço das colectividades e da população em geral.

Essa é a razão porque, desde logo, sempre me manifestei totalmente contra a possibilidade de a futura Academia da Braga ser instalada naquele local, uma vez que estaríamos a transformar uma infra-estrutura pública num espaço privado (ou a defraudar o conceito de uma Academia), o que retirava parte dos motivos que nos levam a defender o apoio municipal a esse projecto.

Mas, voltando à segunda parte da questão, a verdade é que nenhuma dessas utilizações me parece incompatível com a disponibilização do Estádio para os treinos/jogos de uma equipa de Râguebi.

Esta não pode ser, porém, uma criação de iniciativa municipal e deve ter uma estrutura mínima de gestão/organização por trás.

Dai que me pareça que a melhor solução fosse a reanimação da equipa de râguebi da Universidade do Minho (que já foi discutida aqui), a qual poderia depois celebrar um protocolo com a Autarquia para a utilização parcial do Estádio.

Por várias razões, creio que a modalidade rapidamente poderia ganhar adeptos e praticantes, do recente desempenho dos Lobos, à tradição de prática deste desporto no meio universitário (CDUP, CDUL, Direito, Agronomia, etc.). A não esquecer, também, a realização do Campeonato do Mundo Universitário de Rugby 7, que terá lugar no Porto, em 2010.

A questão que se levanta é, todavia, o facto de a equipa da Universidade parecer ter assentado arraiais em Guimarães.

Mas nós já estamos habituados a estas distrações dos responsáveis locais...

– (*) Economista, Vereador, Presidente da CPS de Braga

Notícias da Madeira

PSD-M e PND-M chumbam aumentos ao subsídio de insularidade

PSD-M e PND-M chumbaram hoje propostas do PS-M e do BE-M de aumentos ao subsídio de insularidade de 15 e 5 por cento, respectivamente, sobre o valor dos vencimentos dos funcionários públicos na Madeira.

A proposta do PS-M, que preconizava um aumento de 15 por cento, foi considerada “demagógica” e “irrealista”, quer pelo partido do poder, quer pelos da oposição, que se abstiveram.

Estas medidas corresponderiam a um encargo no Orçamento Regional de 70 milhões de euros, no caso do PS-M, e de 25 milhões de euros no do BE-M.

O projecto de decreto legislativo regional do BE-M mereceu, no entanto, a abstenção do PS-M e os votos a favor do CDS/PP-M, do BE-M, do PCP-M e do MPT-M.

Na discussão, o deputado do Partido da Nova Democracia da Madeira, Baltasar Aguiar, anunciou que o seu partido vai propor a extinção do subsídio de insularidade, que na Madeira é de 2 por cento, e na ilha do Porto Santo, devido à dupla insularidade, é de 30 por cento.

Para Baltasar Aguiar, este subsídio já não se justifica e só existe por razões eleitorais.

O presidente do CDS/PP-M, José Manuel Rodrigues, lembrou que o subsídio de insularidade foi criado por Oliveira Salazar, em 1951, para os funcionários públicos em Santa Maria, nos Açores.

José Manuel Rodrigues anunciou que o CDS/PP-M vai propor a criação de uma Comissão Parlamentar para estudar a questão do subsídio de insularidade.

A Assembleia aprovou ainda, com a abstenção do CDS/PP-M, a proposta de decreto legislativo regional que “Declara a Região Autónoma da Madeira Zona Livre de Cultivo de Variedades de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”.

O Conselho do Governo Regional também já se tinha pronunciado nesse sentido na sua última reunião.

– Fonte: Lusa

Notícias de Alijó

Arlindo de Carvalho participa em debate sobre Saúde

Arlindo de Carvalho, ex-Ministro da Saúde, esteve em Alijó para debater a actual política de saúde do Governo e as suas consequências para aquele concelho.

O Encontro / Debate foi organizado pela concelhia local do PSD e teve como tema “A Saúde de Alijó: Um Debate com Urgência”, destinando-se a analisar as recentes medidas do Ministro da Saúde, de encerramento de Urgências e Serviços de Atendimento Permanente (SAP) em vários pontos do país, incluindo o SAP de Alijó.

O Encontro decorreu no auditório da Escola EB 2/3 de Alijó e reuniu cerca de duas centenas de pessoas, entre autarcas de todo o concelho, incluindo o Presidente da Câmara Municipal de Alijó, Vereadores, deputados municipais e diversos Presidentes de Junta, bem como dirigentes de concelhos vizinhos e população em geral.

Neste Debate, moderado pelo Presidente da mesa da assembleia do PSD local, Pedro Pimentel, a intervenção inicial coube a Miguel Rodrigues, Presidente da comissão política concelhia de Alijó e Vereador da Câmara Municipal.

Miguel Rodrigues referiu as razões pelas quais está contra as medidas do Ministro da Saúde que, segundo disse, castigam as populações do concelho e da região, revelando-se erradas, do ponto de vista social, económico e técnico.

Foi dito ainda que o PSD de Alijó não aceita esta política de encerramentos, sendo agora necessário pressionar o Governo, obrigando-o a recuar nas decisões tomadas e que penalizam a população.

Arlindo de Carvalho, ex-Ministro da Saúde e membro da Comissão Política Nacional do PSD, pronunciou-se sobre a política de saúde deste Governo, classificando-a de desastrosa, pois deixa as populações mais desprotegidas.

Arlindo de Carvalho, que analisou os fundamentos do serviço nacional de saúde (SNS) e dos serviços de atendimento permanente dos Centros de Saúde, defendeu a existência de serviços de proximidade às populações, não aceitando o desmantelamento do SNS que este Governo está a fazer.

O ex-Governante social-democrata garantiu que quando o PSD regressar ao poder, todos os encerramentos agora decididos, serão reavaliados, incluindo o caso concreto de Alijó.

Nas diversas intervenções que se seguiram, houve consenso quanto à gravidade da situação e à necessidade de se combater esta maré de encerramentos.

– CPS/PSD-Alijó



PSD na Assembleia Municipal exigiu terça-feira Câmara e o Metropolitano requalifiquem espaço público junto ao rio, no Terreiro do Paço

O PSD na Assembleia Municipal de Lisboa exigiu terça-feira que a Câmara e o Metropolitano tomem medidas para a requalificação do espaço público junto à nova estação do Terreiro do Paço.

O líder do grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa (AML), Saldanha Serra, manifestou “preocupação” pela “desqualificação” que a obra, que demorou cerca de dez anos, provocou no espaço público.

“Preocupação acrescida porque, perante esta situação, a Câmara Municipal de Lisboa e o Metropolitano procuram agora afastar responsabilidades quanto à sua resolução, que envolverá impermeabilizações adicionais e arranjos de superfície”, afirma Saldanha Serra.

O PSD na Assembleia Municipal manifestou igualmente preocupação por notícias que dão conta de que a estação “deixa entrar água da chuva, por cima da passagem pedonal”.

O líder da bancada social-democrata na AML afirma que vai exigir da autarquia que “desenvolva, de imediato, todas as diligências necessárias à resolução desta situação, assumindo responsabilidades próprias e exigindo ao Metropolitano que cumpra as suas”.

“Esta inauguração foi antecipada face ao prazo que se encontrava previsto, com intuítos naturalmente políticos favorecendo a imagem da nova Câmara Municipal de Lisboa”, acusa Saldanha Serra, no comunicado.

O orçamento inicial da estação do Terreiro do Paço foi calculado em 165 milhões de euros (a preços de 1997), mas acabou por custar 299 milhões de euros, de acordo com o actual ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino.

A obra teve o primeiro reverso nos prazos de conclusão, quando um aluimento de terras ocorrido em Junho de 2000, na ligação entre o Poço da Marinha e o Terreiro do Paço, colocou em questão a segurança da infra-estrutura, e provocou um abatimento de parte da abóbada do túnel, além de fissuras nas paredes.

O túnel ficou ameaçado quando água e lodo começaram a entrar para a galeria, pondo em causa a própria estabilidade do Terreiro do Paço, e obrigaram à paragem das obras.

A infra-estrutura foi inundada para manter o túnel estabilizado e evitar um colapso, e só em Janeiro de 2003 foi totalmente esvaziado, quando uma equipa de consultores holandeses vieram a Portugal para apresentarem um estudo, o que viria a acontecer em Junho desse ano.

O ministro da tutela em 2003, Valente de Oliveira, deu indicações para a equipa holandesa continuar os estudos de solução para o túnel, enquanto o governo escolhia os responsáveis da nova obra, “para não se perder tempo”, pelos sucessivos atrasos.

Os técnicos da empresa TEC - Tunnel Engineering Consultants concluíram que “88 por

cento do túnel não apresentava fissuração” e apresentaram um projecto de reforço do túnel, com uma segunda estrutura metálica dentro do primeiro anel construído.

Em Outubro, o ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino, justificou o atraso de dois anos e meio em relação ao previsto para a segunda fase (após a apresentação do projecto holandês), com questões de segurança e a necessidade de reformular todo o projecto.

As promessas políticas de inauguração desta obra estiveram agendadas para 2003, 2004, 2005 e 2006, mas o ex-ministro das Obras Públicas Ferreira do Amaral chegou mesmo a ter previsto que este troço do Metro estaria operacional no Inverno de 1997.

A reposição do Cais das Colunas no Terreiro do Paço está prevista para Novembro de 2008, mais de onze anos depois de o monumento, datado de finais do século XVIII, ter começado a ser removido do local. – Fonte: Lusa



Notícias do Porto

Distrital acusa Governo de reter verbas programáticas vitais

Dezenas de empresas do distrito do Porto estão em risco de falir na região porque o Governo, desde Outubro passado, está a reter verbas de programas de apoio ao investimento, acusou no dia 17, a distrital do Porto do PSD.

“A situação tem a ver com a contenção orçamental, o que é normal em todos os governos no final do ano, mas agora foi-se longe de mais, pondo em risco a sobrevivência de centenas de empregos em todo o distrito do Porto”, alertou Marco António Costa, que falava em conferência de imprensa em Penafiel.

O líder da Distrital adiantou que o PSD dá 15 dias ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias e Empresas e à Inovação (IAPMEI) para que corrija a situação e caso não o faça vai levar a situação ao Parlamento.

Marco António Costa lembrou que o distrito do Porto apresenta a maior taxa de desemprego do país, com cerca de 8,2 por cento e alertou ainda para o número de falências que nos últimos anos aumentou bastante acima da média nacional - cerca de 400 entre 2006 e 2007 -, um problema que se tem acentuado na região do Vale do Sousa. A situação - garantiu - vai agravar-se devido à crise do imobiliário em Espanha que dá emprego a cerca de 40 mil portugueses.

Marco António Costa, que falava ladeado de quatro presidentes de câmara desta região (Penafiel, Paços de Ferreira, Paredes e Castelo de Paiva), lembrou ainda que o PS do distrito não cumpriu a promessa eleitoral de avançar com um programa integrado do Vale do Sousa, uma região com cerca de 350 mil habitantes e onde prevalecem as indústrias de calçado, têxteis e mobiliário.

“O PS tem-se demitido de defender as populações do distrito”, acusou Marco António Costa, adiantando que o seu partido está a preparar um documento estratégico para ser apresentado na Assembleia República, com medidas de combate ao desemprego no Norte do país.

O PSD alerta ainda para as dificuldades por que passa o Centro de Apoio à Criação de Empresas, sediado em Castelo de Paiva, no qual o Governo investiu dois milhões de euros, mas que “não tem conseguido atrair investimentos devido à máquina burocrática que dificulta os processos de instalação de empresas”. Marco António Costa defendeu que devem ser os autarcas da região, através da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, a assumir a gestão daquele equipamento. – Fonte: Lusa

Notícias dos Açores

Quando PSD for Governo, quer ter a tutela regional da Universidade

O líder do PSD/Açores anunciou que pretende a tutela regional da Universidade dos Açores, que se debate com problemas financeiros, caso chegue ao Governo na sequência das eleições deste ano para o Parlamento açoriano.

“É tempo, independentemente da questão financeira, da tutela da Universidade dos Açores regressar a casa, o que significa regressar ao Governo Regional dos Açores e assim será com um Governo da responsabilidade do PSD”, afirmou Costa Neves na abertura das jornadas parlamentares dos social-democratas sobre Investigação e Conhecimento.

O presidente do PSD/Açores justificou a sua posição com o papel da instituição de Ensino Superior, actualmente tutelada pelo ministério do Ensino Superior, como “elemento essencial da afirmação da autonomia” e de desenvolvimento do arquipélago.

“Em relação à Universidade dos Açores, é preciso encontrar, rapidamente, uma solução para os problemas financeiros que a estão a asfixiar”, alertou Costa Neves perante os deputados açorianos do PSD, que estão hoje reunidos na cidade de Ponta Delgada.

Costa Neves reafirmou, ainda, que a bancada social-democrata vai apresentar na Assembleia Regional uma proposta que aumenta em 30 por cento para a academia açoriana a fórmula de cálculo que serve de base ao financiamento das universidades portuguesas, alegando a insularidade a que está sujeita.

“Insularidade, no caso da Universidade dos Açores, significa tripolaridade”, disse Costa Neves, aludindo à existência de três pólos universitários nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Segundo afirmou, a única instituição de Ensino Superior dos Açores está, “injustamente”, confrontada com problemas financeiros, numa altura em que o esforço do Governo açoriano socialista “não chega para anular a ignorância e a consequente incompreensão do ministro Mariano Gago”.

Recentemente, o ministério do Ensino Superior propôs à Universidade dos Açores um contrato de saneamento económico e financeiro para que, num prazo máximo de três anos, atinja o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

O reitor da academia, que tem cerca de três mil alunos distribuídos por vários departamentos e duas escolas superiores de Enfermagem, já disse que aceita este contrato de saneamento, desde que não coloque em causa postos de trabalho.

Avelino Menezes considerou,



também, que a actual estrutura da universidade, com a sua divisão por três ilhas, é a que melhor corresponde aos objectivos de desenvolvimento regional, apesar de implicar um acréscimo de custos de funcionamento.

Além de Ponta Delgada, onde está situada a reitoria e vários departamentos, a instituição possui um campus em Angra do Heroísmo e o departamento de Oceanografia e Pescas na Horta, este último quase exclusivamente dedicado à investigação marinha.

As jornadas parlamentares do PSD/Açores decorrem no dia 7, na cidade de Ponta Delgada, com a presença de oradores convidados ligados a várias áreas da investigação no arquipélago, a maioria dos quais da Universidade açoriana.

Costa Neves reúne com Menezes e Santana Lopes

O presidente do PSD/Açores reuniu no dia 8, em Lisboa, com o líder nacional do partido e com o presidente do grupo parlamentar social-democrata na Assembleia da República.

Nos encontros Costa Neves abordou, entre outros assuntos, a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Na reunião com o presidente do grupo parlamentar, o líder dos social-democratas açorianos esteve acompanhado pelos deputados do PSD/Açores no parlamento nacional, Mota Amaral e Joaquim Ponte.

Os deputados do PSD/Açores

reúnem-se na sexta-feira (dia 11) em jornadas parlamentares na ilha de São Miguel, sendo “Investigação e Conhecimento” o tema a tratar, numa unidade hoteleira de Ponta Delgada.

Ainda antes do início dos trabalhos os deputados reuniram no dia 10, para estabelecer a planificação da actuação legislativa em 2008, assim como para proceder à eleição da direcção do grupo parlamentar social-democrata na assembleia açoriana.

Na Sexta-feira, e ao longo de todo o dia, os deputados do PSD/Açores, acompanhados pelo líder do partido, Costa Neves, trocaram conhecimentos com especialistas das diversas áreas inseridas no tema genérico das jornadas parlamentares.

Durante a manhã, e após a abertura dos trabalhos, a cargo do Presidente do partido Costa Neves, os oradores foram Oldemiro Rego, do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores (UA), Jácome Armas, médico e investigadores do Hospital do santo Espírito de Angra do Heroísmo, e o responsável pelo Parque Tecnológico do Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia da UA, Emanuel Barcelos.

Da parte da tarde, Matthias Funk, do Departamento de Matemática da UA, e João Gonçalves do Departamento de Oceanografia e Pescas, também da UA, serão os oradores do evento. Posteriormente realizou-se um debate, do qual saíram as conclusões referentes aos trabalhos decorridos

Costa Neves quer “actualização completa” de políticas sociais

O líder do PSD/Açores defendeu na segunda semana deste mês, uma “actualização completa” das políticas de apoio social implementadas presentemente na Região, ao considerar que “não divergem muito” das seguidas nas últimas décadas.

“É precisa uma actualização completa das soluções existentes, que não podem ser iguais às de há cinco, 10 ou 30 anos. Se olharmos bem para as soluções que temos hoje vemos que não divergem muito daquilo que eram há trinta anos”, afirmou Costa Neves, no final de uma visita ao centro de bem-estar infantil Jacinto Ferreira Cabido, na Ribeira Grande.

Para o líder social-democrata, é necessário “ter as creches que as comunidades precisam, as respostas ao nível de cuidados continuados para idosos que não existem em número suficiente, outras soluções na habitação e tratar de outra forma as pessoas que beneficiam do rendimento social de inserção”.

Costa Neves salientou que as instituições particulares de solidariedade social têm ao seu serviço “gente muito dedicada, que dá tudo o que tem e o que não tem, mas ao mesmo tempo o governo regional refugia-se num comportamento de quem age como se fosse dono de tudo, o que não contribui para a modernização das respostas”.

Insegurança: combate concertado é urgente

O PSD lamentou hoje o “crescente” sentimento de insegurança que se vive nos Açores e, nomeadamente, na ilha Terceira, confirmando-se a vaga com o aumento da criminalidade na região “que se lê claramente com a quarta posição dos Açores na tabela do número de crimes por cada 1000 habitantes, isto dentro do todo nacional”, referiu o líder social-democrata na Terceira, António Ventura.

O dirigente falava ao final da manhã, na sequência de uma reunião daquela força partidária com os principais responsáveis operacionais da Polícia de Segurança Pública (PSP) em Angra do Heroísmo, referindo esse “factor de instabilidade” como uma realidade negativa para a região e para a ilha, numa altura em que “nem o recrutamento de agentes para o combate ao crime, em detrimento de outras funções, faz baixar as

estatísticas”, tendo o mês de Dezembro registado “uma subida no número de crimes”.

António Ventura reforçou a necessidade de “mais agentes para as esquadras sob a alçada da PSP de Angra”, referindo que também o facto de esta viver “uma passagem de Comando para Divisão”, no seguimento da reestruturação em curso das forças policiais, está longe de esclarecido no tocante às “repercussões positivas ou negativas” dessa mudança.

O presidente dos social-democratas da Terceira realçou ainda a “falta de operacionalidade” dos Conselhos Municipais de Segurança na ilha Terceira, órgãos activados por sugestão dos social-democratas no início de 2006 e que “simplesmente não funcionam”. O dirigente laranja considerou essa como sendo uma lacuna “grave”, pois considera que a actuação conjunta de várias entidades seria “um ganho claro” numa ilha onde “existem roubos e existe droga que motiva a quase totalidade desses roubos”.

Quanto ao reforço no número de agentes policiais para os Açores, António Ventura recordou que o PSD, “em Fevereiro de 2007”, apresentou uma proposta endereçada ao Governo da República, para que fosse “colmatado” o défice de cerca de cem agentes na região. A proposta, aprovada por unanimidade no parlamento açoriano, seguiu para Lisboa mas, segundo Ventura “até hoje nada foi feito”, e o Governo, sob uma visão economicista, vai poupando também na segurança dos cidadãos, o que se lamenta”, concluiu.

PSD quer alargamento a todos os pensionistas e deficientes ao complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos

O PSD/Açores vai propor que o acesso ao complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos, cuja criação está a ser discutida pelo parlamento, seja alargado a todos os reformados, pensionistas e cidadãos deficientes cujo rendimento mensal seja inferior ao salário mínimo.

A proposta do grupo parlamentar social-democrata vai ser debatida na próxima semana no plenário da Assembleia Legislativa dos Açores.

“É claramente injusto que um pensionista com 65 anos venha a beneficiar desse apoio e um com 60 anos, que até tem uma pensão inferior à do primeiro, não beneficie. Para corrigir essa injustiça é que o PSD apresentou uma proposta de alteração”, afirmou, recentemente, Clélio Meneses, líder parlamentar do PSD/Açores, à margem dos trabalhos da comissão de Assuntos Sociais.

Segundo disse altura o responsável da bancada social-democrata, “está em causa uma questão de justiça social e, sobretudo, corrigir a incapacidade financeira de algumas pessoas”.

Por outro lado, acrescentou, “é importante chegar àquelas outras pessoas que, não estando nesta situação, não têm capacidade para fazer face às despesas com medicamentos, como são os deficientes”.

“Um cidadão deficiente, que tenha como rendimento um montante inferior à retribuição mínima mensal garantida na Região, também deve beneficiar deste apoio”, considerou.

“Nova” Rua de Jesus é um “prejuízo” para a Praia

O PSD da Praia da Vitória associou-se esta semana a muitos dos moradores do concelho na “contestação” feita às obras de requalificação do centro urbano da cidade que, nos últimos meses, têm prejudicado todos aqueles que, “em algum momento, usam a Rua de Jesus para circular”, referiu a concelheira laranja presidida por Paulo Ribeiro.

Segundo as opiniões decorrentes de uma participada reunião da comissão política praiense, o final da primeira fase das referidas obras, e a “pressa em apresentar trabalho, sem planificação e sem avaliar as consequências para a segurança de peões e veículos”, pôs a descoberto uma solução “ineficaz”, e que passou por “alargar e baixar os passeios, elevando a via nas supostas passagens para peões”.

Segundo o PSD, o estreitamento da via veio “dificultar a circulação automóvel, principalmente se há mastros de iluminação de festa colocados e veículos estacionados sobre o passeio”. Além disso o lancil “que delimita a área de circulação de peões e de automóveis é demasiado baixo e de difícil percepção para os condutores” e, junto aos cruzamentos, “particularmente no Largo de Jesus”, torna-se impossível manobrar sem “subir o passeio”, refere um comunicado da concelheira praiense.

Os sociais-democratas dizem ainda não entender porque foi “mudado” para o lado esquerdo o estacionamento no início da Rua da Graça, e acrescentam que as elevações da via, “que se deduzem sejam passeadeiras para peões” não estão “desenhadas nem sinalizadas” como tal. “A prioridade foi dada dos carros”, sendo os peões e a sua segurança “colocados em causa”, lê-se ainda no documento.

A conclusão laranja é de que a obra está “mal feita” e “não serve” os interesses da Praia da Vitória. O “bonitinho e a necessidade urgente de mostrar trabalho” põem em segundo plano “a segurança das pessoas e a funcionalidade das soluções implementadas”, conclui o PSD, chamando ainda à atenção para “a fraca qualidade dos materiais aplicados, já com uma visível degradação, bem como do mobiliário urbano, tanto em termos de imagem como de função”.

PSD quer medidas para atenuar subida de preço dos fertilizantes

O PSD/Açores defendeu hoje a implementação de medidas para “atenuar” a “escalada” no preço dos fertilizantes para a agricultura, nomeadamente através do aumento dos apoios atribuídos pelo governo regional para o efeito.

Em requerimento enviado à

Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura afirmou que a subida do preço dos fertilizante, durante o ano de 2007, “atingiu, em alguns casos, os 40 por cento”, estando também a surgir “novos aumentos” durante este mês de Janeiro.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, o aumento do preço deste factor de produção “tem prejudicado em muito” o rendimento dos agricultores.

António Ventura pretende, por isso, saber junto do governo regional “que medidas estão previstas para atenuar a subida do preço dos fertilizantes” e se o executivo tenciona “aumentar os apoios ao agricultor”. Segue o texto do

REQUERIMENTO

A par do crescimento do preço dos alimentos concentrados para a alimentação animal, o preço dos fertilizantes tem sofrido a amiúde aumentos significativos.

Nos Açores, durante o ano de 2007 este crescimento atingiu em alguns casos os 40%. Em Janeiro estão a surgir novos aumentos.

Para os Agricultores esta inflação no preço, em particular, destes dois factores de produção é uma circunstância que tem prejudicado em muito o seu rendimento, uma vez que este incremento não é seguido por acréscimos no preço dos produtos dos subsectores da bovinicultura de leite e de carne, da avicultura, da suinicultura e da cunicultura.

Para mais, o preço do leite tem subido, principalmente, nas Ilhas de São Miguel, Terceira e Graciosa. Idênticos aumentos não têm sido seguidos nas outras Ilhas onde se produz leite.

Todavia, enquanto os concentrados para a alimentação animal são exclusivos dos subsectores da pecuária, os fertilizantes são transversais a todos os subsectores da Agricultura.

esta escalada dos preços dos fertilizantes interessa, por um lado, compreender como evolui o rendimento dos Agricultores e, por outro, implementarem-se medidas que

amorteçam este inflacionamento.

Desde logo, interessa conhecer como são formados os preços dos fertilizantes até ao Agricultor, interessa conhecer “ao momento” o rendimento do Agricultor e interessa aplicar-se com consistência e coordenação a investigação científica na Agricultura.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— Que medidas estão previstas para atenuar a subida do preço dos fertilizantes?

— Em concreto, pretende o Governo Regional aumentar os apoios ao Agricultor destinados aos fertilizantes?

— Acompanha o Governo o evoluir do rendimento do Agricultor?

— Quais as previsões do Governo Regional sobre a evolução do preço dos fertilizantes? - Os Deputados Regionais

PSD de Velas anuncia reuniões de esclarecimento em todas as freguesias do Concelho

O PSD de Velas anunciou a realização de uma série de reuniões em todas as freguesias do concelho, com o objectivo de “ouvir os problemas” das populações e “levar a quem de direito essas preocupações”.

Em comunicado, a comissão política concelheira salientou a “importância que tem o partido estar mais próximo das pessoas” e, desta forma, “contribuir para o progresso e desenvolvimento”.

Os social-democratas de Velas acrescentaram que pretendem “ser mais uma força a colaborar com o governo, autarquia, juntas de freguesia e com todas as instituições do concelho”.

A série de reuniões, intitulada “Na rota das freguesias do concelho”, consiste em encontros com autarcas, militantes e população em geral em cada uma das freguesias (Manadas, Urzelina, Santo Amaro, Norte Grande, Rosais e Velas), e inicia-se este mês, e a Concelheira emitiu o seguinte

Comunicado

A Comissão Política Concelheira de Velas, irá começar já neste mês de Janeiro de 2008 a realizar uma série de reuniões intituladas “NA ROTA DAS FREGUESIAS DO CONCELHO”.

Considerando a importância que tem de o Partido estar o mais próximo das pessoas, ouvindo os seus problemas e recolhendo mais e melhor informação para poder levar a quem de direito essas preocupações, contribuindo assim para o bem estar e desenvolvimento de cada freguesia do nosso Concelho.

Entendemos assim que, a Comissão Política Concelheira de Velas deve ser mais uma Instituição para contribuir no progresso e no desenvolvimento.

Queremos ser mais uma força a colaborar com o Governo, com a Autarquia, com as Juntas de Freguesia e com todas as Instituições do Concelho.

Não sofremos de “partidarite aguda” por isso todos serão bem vindos no nosso trabalho.

Assim a Comissão Política Concelheira de Velas, começará os encontros com os seus autarcas, militantes e população em geral, em cada uma das nossas freguesias. (Manadas, Urzelina, Santo Amaro, Norte Grande, Rosais e Velas), já neste mês de Janeiro.

Esperamos pois cumprir assim a nossa missão de que “mais importante do que o Partido, estão e estarão as pessoas”.

Mais do que palavras vãs e avulso, queremos ser activos e pro-activos. - Mark Marques



JSD/Açores abre núcleo na freguesia da Matriz, Ribeira Grande

A JSD abriu esta semana um núcleo na freguesia da Matriz, Ribeira Grande, o que vai permitir à organização de juventude social-democrata “estar mais próximo dos jovens e das suas preocupações”.

“É de extrema importância a instauração deste núcleo para a divulgação da mensagem da JSD no centro da cidade, ajudando a estrutura concelhia a continuar a desempenhar o papel de oposição construtiva à actual gestão socialista da junta de freguesia e da câmara municipal”, referiu, em comunicado, a comissão política concelhia da JSD, presidida por Alexandre Gaudêncio.

O núcleo, que vai ser presidido por João Melo, conta com cerca de trinta militantes.

A cerimónia de abertura do núcleo da Matriz contou com a presença do líder da JSD/Açores, Cláudio Almeida.

A propósito desta inauguração, a JSD emitiu o seguinte

COMUNICADO À IMPRENSA

JSD Abre Núcleo na Matriz da Ribeira Grande

A Juventude Social-Democrata abriu hoje o seu mais recente núcleo na freguesia da Matriz da Ribeira Grande.

A cerimónia decorreu na sede do PSD daquela cidade e contou com a presença de Cláudio Almeida, presidente da JSD/Açores, Alexandre Gaudêncio, presidente da JSD/São Miguel e da JSD/Ribeira Grande, para além dos membros das estruturas locais da JSD, do PSD e dos TSD.

Com este núcleo, a JSD no concelho da Ribeira Grande fica mais forte, pois, segundo o presidente daquela concelhia, Alexandre Gaudêncio, “permite estarmos mais próximo dos jovens e das suas preocupações.” Para além disso, o mesmo referiu que: “É de extrema importância a instauração deste núcleo para a divulgação da mensagem da JSD no centro da cidade, ajudando a estrutura concelhia a continuar a desempenhar o papel de oposição construtiva à actual gestão socialista da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.”

Por seu turno Cláudio Almeida, líder da JSD/Açores, felicitou os elementos do novo núcleo e desejou as maiores felicidades à sua direcção, frisando que: “O nosso



papel, enquanto membros da JSD passa por denunciarmos aquilo que está mal, mas apresentando sempre soluções para os problemas, contribuindo assim para construirmos uma sociedade cada vez mais justa.” O líder laranja congratulou ainda a

estrutura concelhia pelo bom trabalho tem feito na Ribeira Grande.

A cerimónia serviu ainda para se debater alguns problemas que a Ribeira Grande tem vivido, nomeadamente a insegurança e a toxicodependência, e na total falta de eficácia e e pelo

desinteresse da Câmara Municipal no combate a estes problemas.

O núcleo será presidido por João Melo e conta com cerca de trinta militantes. –

JSD/Ribeira Grande, www.jsdribeiragrande.blogspot.com

Notícias de Setúbal

Co-incineração na Arrábida - Um Desafio ao Primeiro Ministro!



Tivemos hoje conhecimento da decisão do Supremo Tribunal Administrativo que deu luz verde à co-incineração na cimenteira da Secil na Arrábida, que com isto permite

que se recomece a queima de resíduos industriais perigosos em pleno Parque Natural da Arrábida.

Nesse sentido, para além de publicamente assumirmos a nossa divergência quanto à decisão de se optar pelo processo de co-incineração, pois entendemos que Portugal poderia assumir outros caminhos no que a esta matéria diz respeito, cabe-nos realçar sobretudo a cegueira política e a incompetência governamental na forma obstinada de querer manter uma unidade desta natureza no meio de um activo ambiental tão precioso como é a Arrábida.

Porque entendemos que no Parque Natural da Arrábida não só não deve existir co-incineração, como também devem ser criadas condições para a deslocalização da cimenteira para outro local, com o objectivo de preservar um Meio que NÃO sendo somente um pulmão da nossa região é

também um local turístico que deve ser preservado e onde se deve investir,

No entanto, o nosso Desgoverno não percebe isto, porque parece não conhecer o país que devia governar e, sobretudo, prefere não ouvir a população que devia representar.

É nesse sentido que lançamos o desafio ao Primeiro Ministro, José Sócrates, que venha com a JSD do Distrito de Setúbal conhecer este Património Ambiental que é o Parque Natural da Arrábida, e que passe connosco um fim de semana acampado (completamente livre de despesas, pois temos muito gosto em oferecer a estadia e alimentação), para se aperceber de mais uma asneira que está a fazer no exercício das suas funções.

Esperamos que aceite.

– JSD/PSD-Setúbal



CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alguava-Cacém, para reunir no próximo dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 20h00, na Sede da Secção, sita na Avenida dos Bons Amigos, nº 37 – 1º C, em Alguarva-Cacém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

DISTRITAL LISBOA AREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste para reunir no próximo dia 8 de Fevereiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 21h30, na Biblioteca da Câmara Municipal de Alenquer com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da Demonstração dos Resultados e Balanço (simples e consolidado) da Distrital da Área Oeste;

2. Análise da situação política;

3. Outros assuntos de interesse.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho do PSD, para reunir no dia 1 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Espinho, sita no Largo dos Combatentes, em Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação das contas de 2007;

2. Apresentação e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2008;

3. Análise da situação política.

FERREIRA DO ZEZERE (CPD SANTARÉM)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008, entre as 20 e as 22 horas, na sede da Secção do PSD, Rua Francisco Sá Carneiro – Lote 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Órgãos Políticos de Secção (Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção) de Ferreira do Zêzere, do Partido Social Democrata.

* Nota: As listas a sufrágio, para os Órgãos Políticos, deverão ser entregues, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da CPD ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Distrital, sita na Calçada Mem Ramirez, n10 -1º, em Santarém.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lourinhã para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2008 (segunda-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Urbanização do Parque Desportivo, lote 27 cave, na Lourinhã, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1- Aprovação das contas do ano de 2007;

Ponto 2 – Análise da situação política;

Ponto 3 – Outros assuntos

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD e Regulamentos do PSD, convoca-se para o próximo dia 29 de Fevereiro de 2008, sexta-feira, na sede do PSD na Marinha Grande, sita na Av. 1º de Maio, 72, das 20h00 às 24h00, com a seguinte, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 e as 24h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 1 de Fevereiro de 2008, pelas 20h30, no Salão da Junta de Freguesia de Oia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Apresentação das contas de 2006/2007;

2 – Análise da situação política;

3 – Outros assuntos de interesse.

Nota: de acordo com os Estatutos, se há hora marcada não houver quórum, a Assembleia funcionar após 30 minutos com qualquer número de militantes

POMBAL

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, em vigor, (artigo 71º dos Estatutos e

artigo 3º, 4º, 9º e 15º do Regulamento Eleitoral) venho por este meio convocar todos os inscritos na Secção do PSD de Pombal para reunirem no dia 29 de Fevereiro de 2008, na sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, nº 4 – 2º, em Pombal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Nacional.

Nota: As eleições decorrem das 20h30 às 22h30 na data e local acima referido.

As listas de candidatos aqueles órgãos locais deverão ser entregues ao presidente de Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SECÇÃO G

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção G de Lisboa do PSD, para uma Assembleia da Secção a realizar na Sede da Secção G, sita na Rua do Lumiar 65-G, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;

2. Apreciação e votação das contas de 2007;

3. Apreciação e votação do Orçamento de 2008;

4. Análise da situação política

SINTRA (CPD LISBOA AML)

Ao abrigo do nº 3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir no dia 28 de Fevereiro de 2008 (quinta-feira), pelas 18h00, na sede da Secção, sita na Rua Mário Ferreira Costa Lima, nº 10 em Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 23h00.

As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao presidente da Comissão Política Distrital ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD (Rua da Junqueira, 209 – Lisboa)

Todas as candidaturas relativas aos actos eleitorais previstos nesta convocatória deverão obedecer aos seguintes requisitos: ser apresentada por lista completa para cada órgão (contendo o nome, número de Bilhete de Identidade de cada candidato), ser proposta por 5% dos militantes inscritos na Secção e ser acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 8 de Fevereiro 2008 (sexta-feira), pelas 21:30h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, Ermesinde com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações e Análise da Situação Política

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vila Nova de Poiares, para reunir na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho), no próximo dia 29 de Fevereiro de 2008, das 15h00 às 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia (Sr. Artur Herculano de Carvalho Coimbra) até às 24h00 do terceiro anterior ao acto eleitoral.



CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho, a reunir no próximo dia 1 de Fevereiro de 2008, na Sede da JSD Alto Minho, sita na Praça da Galiza, Concelho de Viana do Castelo, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Marcação do Conselho Distrital Eleitoral da JSD Alto Minho.

O Presidente da Mesa do C.D. da JSD Alto Minho (Guilherme Emílio)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Faro, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dtº, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;

2 – Informações Diversas;

3 – Análise da Situação Política;

4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Faro

(João Tiago Cabrita Louzeiro)

NÚCLEO DE ARÕES S. ROMÃO – FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Arões S. Romão da JSD, secção de Fafe, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD de Arões S. Romão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Arões S. Romão da JSD, secção de Fafe;

2 - Eleição da Mesa do Plenário de militantes do Núcleo de Arões S. Romão da JSD, secção de Fafe;

Nota:

a) As listas concorrentes terão de ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de militantes ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Arões S. Romão;

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD, da Secção de Fafe
(Jorge Adélio Costa)

ERRATA

Por lapso dos serviços, repetimos a publicação da Convocatória de Palmela, devido a erro de digitação, pelo facto pedimos as nossas desculpas.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Palmela para a Assembleia Eleitoral, a realizar no dia 8 de Fevereiro de 2008 (6.ª feira), pelas 18 horas na Sede de Secção, sita na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 114, em Palmela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições para os órgãos de Secção:

a) Mesa do Plenário de Secção;

b) Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal

(Neuza Alves Salgueiro)



ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/SETÚBAL DIA 28.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da

área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Setúbal, para a Assembleia Distrital dos TSD/SETÚBAL, que se realiza no dia **28 de Fevereiro**, das **18H00 às 21H00**, com mesas de voto a funcionar em Setúbal, Almada, Barreiro, Seixal e Sines, com a seguinte localização:

Setúbal Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16 – 3º Esq.

Almada R. Clube Campismo Concelho Almada, n.º 6-ACova da Piedade

Barreiro R. Miguel Pais, n.º 39

Seixal R. do MFA, n.º 11- Amora

Sines R. de Ferreira, n.º 10

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 16 Janeiro de 2008

Pel' O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **21 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Setúbal, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16-3º Esq., em Setúbal.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/LISBOA-ÁREA OESTE DIA 28.FEVEREIRO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa-Área Oeste, para a Assembleia Distrital dos TSD/LISBOA-AO, que se realiza no dia **28 de Fevereiro**, das **21H00 às 23H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Lisboa-AO**, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3.º Dt.º, em Torres Vedras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 16 Janeiro de 2008

Pel' O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **21 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/LISBOA-ÁREA OESTE, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3.º Dt.º, em Torres Vedras.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/BRAGA DIA 29.FEVEREIRO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Braga, para a Assembleia Distrital dos TSD/BRAGA, que se realiza no dia **29 de Fevereiro**, das **18H30 às 20H30**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Braga**, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 A – Sala 8, em Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 16 Janeiro de 2008

Pel' O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **22 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/BRAGA, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 A – Sala 8, em Braga.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/VIANA DO CASTELO DIA 29.FEVEREIRO.2008

Nos termos do n.º 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viana do Castelo, para a Assembleia Distrital dos TSD/VIANA DO CASTELO, que se realiza no dia **29 de Fevereiro**, das **19H30 às 21H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Viana do Castelo**, sita na Rua Grande, n.º 30 – 1.º Dt.º, em Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 16 Janeiro de 2008

Pel' O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **22 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/VIANA DO CASTELO, sita na Rua Grande, n.º 30 – 1.º Dt.º, em Viana do Castelo.